

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 14

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Na reta final do IR, veja perguntas e respostas 3

DIÁRIO CAUSA OPERARIA - NOTÍCIAS
ANFIP

Vampiros do mercado financeiros sangrando o País e o povo 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fim de sistema de 1993 promete acelerar entrada de importados 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso pode acabar com isenção de importações de até US\$ 50 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novos desafios na tributação do capital (Artigo) 12

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuição menor do MEI pode causar déficit na Previdência Social 14

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pix e real digital farão parte do sistema de pagamento de imposto 16

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência já demanda uma nova reforma (Editorial) 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Desvinculação entre Previdência e o mínimo entra na mira de Tebet 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Redução de gastos previdenciários tem 5 linhas de ação 22

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

A 'bomba-relógio' da aposentadoria voltou (Editorial) 24

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Vítimas de acidente de moto têm direito aos benefícios do INSS 25

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: como será a tributação de empréstimos (Reforma tributária) 27

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Temo pela desidratação da reforma tributária, diz presidente da CNI (Reforma tributária) 29

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

IMPLACÁVEIS - APOSENTADOS	32
<small>CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA</small>	
Mercado aposta em corte de 0,25 ponto da Selic	33
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA</small>	
País precisa investir em capital humano e crescer para diminuir informalidade	36
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</small>	
Mercado vê ritmo menor de cortes da Selic	39
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</small>	
Incerteza em alta faz mercado ver potencial de dissenso no Copom	41
<small>A TRIBUNA - ES - POLÍTICA ECONOMIA</small>	
Semana decisiva para legalizar jogos de azar	43

Na reta final do IR, veja perguntas e respostas

Leticia Lopes e Arthur Falcão* *Estagiário, sob supervisão de Danielle Nogueira

Falta pouco menos de um mês para o fim do prazo de envio da declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) 2024. Segundo a **Receita Federal**, até a última terça-feira (dia 30), somente 19.893.208 pessoas haviam enviado os formulários. Como a previsão do Fisco para este ano é de receber 43 milhões de documentos, 23,1 milhões de contribuintes ainda precisam prestar contas ao Leão até o dia 31 de maio.

Neste ano, o processo tem algumas mudanças. O teto de isenção e do valor de bens e direitos que determinam quem está obrigado a prestar contas à Receita, por exemplo, foram atualizados.

Dessa forma, ficam obrigados a declarar o IR aqueles que receberam mais de R\$ 30.639,90 em rendimentos tributáveis, mais de R\$ 200 mil em rendimentos isentos ou possuem bens e direitos que ultrapassem R\$ 800 mil.

Também precisam preencher o documento quem passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês de 2023 e continuava nessa situação até o fim de dezembro.

Além disso, quem obteve ganho de capital em qualquer mês, realizou operações de alienação em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas com soma maior que R\$ 40 mil deve fazer o Ajuste Anual. Quem teve receita bruta por atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50 também é obrigado a enviar a declaração.

Outra mudança é que o contribuinte que investe em criptoativos terá de informar código da moeda virtual e o CNPJ da corretora. Além disso, passou a ser obrigatório o preenchimento de CPF de dependentes que vivem no exterior.

A inclusão de dependentes, inclusive, pode ajudar a reduzir o valor a pagar ou aumentar a restituição. Além da isenção relativa a cada pessoa adicionada, é possível deduzir seus gastos com saúde e educação.

Podem ser incluídos como dependentes filhos e enteados até 21 anos ou 24 anos se ainda estiverem

estudando.

Irmãos, netos ou bisnetos até 21 anos, dos quais o contribuinte detenha a guarda judicial e pessoa absolutamente incapaz, da qual o contribuinte seja tutor ou curador, também pode ser incluída.

Ainda é possível acrescentar pais, avós e bisavós que, em 2023, tenham recebido rendimentos, tributáveis ou não, de até R\$ 24.511,91.

É autorizado incluir a esposa ou o marido, colocando também os rendimentos que o cônjuge possui, o que nem sempre pode ser vantajoso.

No caso de casais sem registro civil, há possibilidade de indicar companheiro com o qual o contribuinte tenha filho ou com o qual viva junto há mais de cinco anos.

Na reta final, muitos contribuintes ainda guardam dúvidas sobre como preencher determinadas informações na declaração. Por isso, o EXTRA reúne as respostas para as perguntas mais frequentes.

TIRE SUAS DÚVIDAS

QUAL O MELHOR FORMATO DE DECLARAÇÃO?

Ao fazer a declaração, os contribuintes podem optar pelo modelo completo ou simplificado. Na declaração completa é possível deduzir todas as despesas que o declarante teve no ano passado, enquanto na simplificada esse valor é limitado a 20% dos rendimentos tributáveis ou R\$ 16.754,34.

Em ambos os casos o declarante deve apresentar seus gastos e rendimentos de maneira detalhada, mas apenas na completa o valor exato das despesas dedutíveis será restituído.

- O melhor formato, eu diria, é aquele que apresenta o melhor resultado para o contribuinte, seja o menor imposto a pagar ou o maior valor de restituição a receber - orienta a contadora Silvia Soares, conselheira do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RJ).

.....

COMO DECLARAR EMPRÉSTIMO?

Silvia explica que se for um empréstimo tomado, ou seja, contratado, o registro na declaração deve ser feito na aba "Dívidas e ônus reais", indicando o CNPJ da instituição financeira, o valor, e o saldo devedor no último dia do ano passado.

- Também tem um campo que pode ser informado qual foi o valor pago em 2023 - explica: - No caso de empréstimo concedido, essa informação vai para a ficha de "Bens e direitos", com as informações de para quem foi emprestado e o saldo que você tem a receber no último dia do ano.

.....

COMO DECLARAR PENSÃO ALIMENTÍCIA?

A pensão alimentícia é considerada um rendimento isento. Portanto, uma pessoa que receba o pagamento deve informar os valores na ficha de "Rendimentos isentos e não tributáveis", com código 28. Mas o procedimento é diferente no caso de quem é responsável por pagar a pensão.

O procedimento é diferente no caso de quem é responsável por pagar a pensão. O informe é feito na ficha "Alimentando". Nessa seção, é necessário preencher os dados do beneficiário, inclusive o CPF, que passou a ser obrigatório.

A Receita ainda solicita informações relacionadas à escritura pública ou decisão judicial.

Pagamentos feitos por um acordo informal ou ajudas de custo que superem o valor da pensão estabelecida na Justiça não podem ser deduzidos.

.....

FILHOS ENTRAM NA DECLARAÇÃO DOS DOIS PAIS?

Não. O filho só pode entrar na declaração de um dos responsáveis. Todos os gastos e rendimentos ligados ao CPF do filho devem ser informados em apenas uma única declaração, como explica a advogada tributarista e professora da FGV Rio Bianca Xavier.

- Um mesmo CPF não pode aparecer como dependente do pai e da mãe, senão cai na malha fina - orienta.

A regra é a mesma nos casos de pais separados. Bianca lembra ainda que quem paga pensão deve colocar o filho como alimentando, e não como dependente.

O supervisor nacional do Imposto de Renda da Receita, José Carlos Fernandes, diz que a exceção é se o filho tiver passado metade do ano na casa da mãe e a outra metade na casa do pai, por exemplo.

Neste caso, a mãe poderia inseri-lo na sua declaração, considerando os gastos referente ao período em que ele esteve na sua casa e o pai poderia fazer o mesmo. Mas a chance de cair na malha fina é grande, e o casal terá de explicar à Receita que o filho passou temporadas diferentes na casa de um e de outro. Por isso, é importante ter todos os gastos do dependente em mãos, diz Fernandes.

.....

COMO DECLARAR COMPRA OU VENDA DE UM IMÓVEL, CARRO OU MOTO?

Silvia, do CRC-RJ, explica que, no caso de compra, isso deve ser incluído na aba de "Bens e direitos". É preciso reunir dados como a data da operação, de quem foi comprado, nome e CPF ou CNPJ e, no campo do último dia do ano, informar o valor pago. Quando se trata de um imóvel financiado, o proprietário não deve preencher o custo do crédito na seção de dívidas. O correto é informar na ficha de bens e direitos o valor pago no ano e, com o tempo, somar o valor das parcelas. Já no caso da venda, é preciso verificar se houve ganho de capital.

- Se houve ganho de capital, é preciso primeiro preencher a declaração de Ganhos de Capital (GCAP), e trazê-la para a declaração do IR. Ela reúne os dados de para quem foi vendido, o rendimento, que parte pode ser isenta, parte será tributação exclusiva, e baixar esse bem ali na lista de "Bens e direitos", selecionando o código que mais se adequa àquela operação - diz.

.....

GASTOS COM CONDOMÍNIO E ALUGUEL DEVEM SER DECLARADOS?

E IPTU E IPVA? ELES SÃO DEDUTÍVEIS Silvia Soares, do CRC-RJ, explica que estas despesas não precisam ser declaradas, nem são dedutíveis.

.....

COMO DECLARAR GANHOS COM APOSTAS?

No Brasil, a declaração de ganhos obtidos através das bets é simples, já que o imposto é retido na fonte, assim como acontece com os prêmios de loterias.

O contribuinte deve acessar a aba "Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva" da declaração, clicar na opção "12 - Outros" e informar o nome e o CNPJ da casa de apostas. Já no caso de sites estrangeiros, os contribuintes devem utilizar o Carnê-Leão Web, disponível na plataforma de atendimento virtual da **Receita Federal**, para fazer o pagamento mensal do imposto.

.....

E ALUGUEL?

O recebimento de aluguel é considerado uma renda tributável e precisa ser informado. A renda proveniente de contrato com o inquilino está sujeita a pagamento de carnê leão caso tenha sido maior que R\$ 1.903,98 entre janeiro e abril de 2023 e maior que R\$ 2.112 a partir de maio.

Depois de importar o carnê leão para o IRPF, o contribuinte deve preencher os valores recebidos mês a mês na ficha "Rendimentos recebidos de pessoa física/exterior", na aba "Outras informações", na coluna "Aluguéis".

O procedimento muda quando o aluguel é recebido de uma empresa, ainda que através de uma imobiliária. A pessoa jurídica é responsável pela retenção do imposto devido e deve entregar um informe de rendimentos ao proprietário. Nesse cenário, os valores devem entrar na ficha de "Rendimentos recebidos de pessoa jurídica".

.....

COMO DECLARAR VALOR RECEBIDO POR RESCISÃO?

E GANHOS DE PROCESSO TRABALHISTA? ABONO SALARIAL DO PIS/PASEP?

A conselheira do CRC-RJ explica, em caso de demissão, os detalhes da rescisão virão no informe de rendimentos da fonte pagadora, e devem ser incluídos na declaração.

- Rendimentos por rescisão são isentos, e tem a parte que pode ter sido tributada de forma exclusiva, como décimo terceiro salário, por exemplo - diz: - Já verbas de acordo trabalhista, em geral, a Justiça determina que o banco faça o pagamento, onde o contribuinte deve acessar o informe de rendimentos para incluir as informações na declaração. E o abono salarial do PIS/PASEP é um rendimento isento, é nessa aba que ele deve ser informado.

.....

SOU MOTORISTA/ENTREGADOR DE APP E BATI O NÍVEL DE RENDA. COMO DECLARAR MEUS GANHOS PELA PLATAFORMA?

- Motoristas e entregadores de aplicativos são tidos como autônomos. Portanto, devem preencher o Carnê-Leão mensalmente para quando chegar nessa época do imposto de renda, importar essas informações para a declaração - explica a contadora Silvia Soares.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Vampiros do mercado financeiros sangrando o País e o povo

Teto de Gastos e Arcabouço fiscal como continuidades da Lei de Responsabilidade Fiscal

Plano Real, talvez tenha sido o plano econômico mais bem sucedido em termos de garantias de rendimentos da história dos países atrasados ou dependentes, e quiçá do mundo. Uma engenharia econômica que contou com dispositivos constitucionais plantado na raiz de uma fraude (Constituinte 1987; promulgação da Constituição 1988), a cartilha do FMI que balizava os acordos do Consenso de Washington que seriam **impostos** aos países periféricos como o Brasil através da exigência de um enorme plano de privatizações, contenção enorme de gastos e investimentos públicos, redução drástica de políticas públicas das mais diversas, com aumento de **impostos** e contribuições, além de salários arrojados. Seguem nesse modelo a criação da DRU (Desvinculação das Receitas da União que nasce como Fundo Social de Emergência - FSE) em 1994, a criação do Comitê de Política Monetária (COPOM) em 1996, a federalização de todos os títulos públicos emitidos no país a partir de 1997 e a temerosa Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2000.

Segundo o portal do Senado Federal que contribui para explicar o dispositivo no site. "A Desvinculação de Receitas da União (DRU) é um mecanismo que permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os **tributos** federais vinculados por lei a fundos ou despesas. A principal fonte de recursos da DRU são as contribuições sociais, que respondem a cerca de 90% do montante desvinculado.

Criada em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE), essa desvinculação foi instituída para estabilizar a economia logo após o Plano Real. No ano 2000, o nome foi trocado para Desvinculação de Receitas da União.

Na prática, permite que o governo aplique os recursos destinados a áreas como educação, saúde e **previdência social** em qualquer despesa considerada prioritária e na formação de superavit primário. A DRU também possibilita o manejo de recursos para o pagamento de juros da dívida pública.

Prorrogada diversas vezes, a DRU está em vigor até 31 de dezembro de 2015. Em julho, o governo federal enviou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda

à Constituição (PEC) 87/2015, estendendo novamente o instrumento até 2023.

A PEC aumenta de 20% para 30% a alíquota de desvinculação sobre a receita de contribuições sociais e econômicas, fundos constitucionais e compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica e de outros recursos minerais. Por outro lado, **impostos** federais, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR), não poderão mais ser desvinculados". Fonte: Agência Senado

Ao nos debruçarmos sobre o período de Fernando Henrique Cardoso à frente da presidência da república compreendemos que as principais transformações econômicas que deram suporte ao Sistema da Dívida Pública foram implementadas. A política monetária excessivamente restritiva ou contracionista com altíssimas taxas de juros desde a primeira década do Plano Real exigia um esforço cada vez maior de severos ajustes fiscais (aumento de **impostos** e contribuições e do outro lado, drástica redução dos investimentos em políticas públicas sociais e de infraestrutura) devido ao aumento bastante rápido e elevado da dívida pública. O setor primário como saúde e educação seguia um ritmo de cortes acelerados em percentuais, enquanto as contribuições tendiam a crescer para dar conta do superávit primário (poupança gerada para pagar os juros da dívida pública).

Já no governo Lula a sangria dos cofres públicos continuava exigir a continuidade do ajuste fiscal para engordar o superávit primário, onde a DRU pede passagem para subtrair recursos que deveriam abastecer o orçamento para as políticas públicas, como na passagem de uma matéria do portal projuris que discute a relação existente entre o déficit da previdência e a DRU a partir de uma entrevista com a coordenadora nacional da auditoria cidadã da dívida pública Maria Lúcia Fattorelli: "Fattorelli declara, ainda, que o discurso do déficit, tão levantado na defesa da Reforma da Previdência, é fake. Ou seja, é um déficit produzido, já que a conta apresentada pelo governo compara o valor arrecadado com as contribuições do **INSS** (pagas pelos trabalhadores e empresários) com todo o gasto com a **Previdência Social**, que está inserida dentro da **Seguridade** juntamente com Assistência e Saúde, porém, a Constituição Federal

cuidou de estabelecer fontes de receitas diversas, pagas por toda a sociedade.

Segundo ela, e de acordo com dados oficiais anualmente divulgados pela **ANFIP**, há um superávit impressionante de 1988 a 2015. Em 2016 não houve sobra de recursos por irresponsabilidade do governo, que concedeu desonerações exageradas a diversos setores e errou enormemente na política monetária, que deixou mais de 13 milhões de desempregados e 37 milhões na informalidade, comprometendo, assim, a arrecadação do **INSS**.

Por fim, ela afirma que a simples existência da DRU (Desvinculação de Receitas da União) comprova que sobram recursos na **Seguridade Social**, pois se faltassem não haveria nada para desvincular, e que a distorcida conta do falacioso "déficit" não pode servir de justificativa para a PEC 287, cujo principal objetivo é favorecer o mercado financeiro com a proliferação dos planos de previdência privada que não oferecem garantia alguma de pagamento de benefício futuro à classe trabalhadora, podendo simplesmente quebrar ou desaparecer, como ocorreu nos Estados Unidos e Europa".

Os desvios orçamentários da previdência através da DRU também podem ser considerados reflexos das imposições do imperialismo na fase da globalização econômica e financeira neoliberal sob a tutela do FMI, além dos parceiros domésticos que procuram uma parte ainda que considerável da previdência para fatiá-la ao seu bel-prazer. A Lei de Responsabilidade Fiscal que introduziu exigências a partir do artigo 166 da Constituição de 1988 foi o dispositivo que proporcionou a emissão de títulos da dívida pública de maneira desenfreada, privilegiando banqueiros e rentistas nacionais e estrangeiros ao longo de décadas. A LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) de 2000, em pleno segundo mandato de FHC procurou assegurar o pagamento dos juros da dívida pública aos bilionários domésticos e internacionais afim de garantir os maiores rendimentos do planeta. Para isso foi necessário criar a LRF que dispunha sobre os gastos e investimentos públicos, não apenas do governo federal como também de Estados e municípios, afim de garantir o superávit primário aos banqueiros e rentistas.

O argumento para colocar em prática, através de uma lei austera a restrição dos gastos públicos primários, como o pagamento do funcionalismo público, investimento em saúde, educação e obras públicas, entre outros, reside na retórica costumeira de que esses gastos são os que mais consomem o orçamento da união e demais entes federados. Desta maneira, segue a tabela do projeto precursor do Teto de Gastos. De acordo com o portal :

"Os gastos com a folha de pagamento de pessoal representam o principal item de despesas de todo o setor público brasileiro. Entre 1996 e 2000, o conjunto dos Estados brasileiros gastou, em média, 67% de suas receitas líquidas (receitas disponíveis) com pagamento de pessoal. O que acontece quando um ente público despense 70% de suas receitas líquidas com a folha de pagamento? Significa que restam 30% para a realização dos serviços públicos básicos, como educação, saneamento, saúde e segurança, sem considerar a manutenção de estradas e vias urbanas, a preservação do patrimônio público, etc. Além disso, o crescimento populacional demanda um programa de investimentos crescente por parte dos governos. Uma crítica constante à Lei de Responsabilidade Fiscal diz respeito à imposição de limites para os gastos com pessoal.

A definição desses limites busca simplesmente permitir que o administrador público cumpra o papel que a sociedade lhe atribuiu: proporcionar bem-estar à população, a partir dos recursos que lhe são entregues na forma de **impostos**. Certamente que o aumento da participação da folha de pagamento nas receitas de Estados e Municípios deveu-se, como já foi visto, à estabilidade econômica e a queda nos índices inflacionários. Além disso, a despesa com pessoal apresenta um componente vegetativo importante, responsável pelo crescimento deste tipo de despesa de forma continuada. Por conseguinte, a limitação dos gastos com pessoal em percentual da RCL deve-se, antes de mais nada, à necessidade de manter o setor público com os recursos necessários à sua manutenção e ao atendimento das demandas sociais".

O portal do Tesouro Nacional procura justificar que a LRF não limita os gastos e investimentos públicos, mas sim, disciplina a administração pública para que tenha responsabilidade na condução das políticas públicas e a manutenção da máquina estatal da maneira adequada, segundo os manuais das instituições financeiras multilaterais sob a égide do imperialismo.

Em tempos em que a burguesia tenta apagar as linhas que separam a direita da esquerda, os golpistas dos lutadores contra o golpe; em tempos em que a burguesia tenta substituir o vermelho pelo verde e amarelo nas ruas e infiltrar verdadeiros inimigos do povo dentro do movimento popular, o Diário Causa Operária se coloca na linha de frente do enfrentamento contra tudo isso.

Diferentemente de outros portais, mesmo os progressistas, você não verá anúncios de empresas aqui. Não temos financiamento ou qualquer patrocínio dos grandes capitalistas. Isso porque entre nós e eles

existe uma incompatibilidade absoluta - são os nossos inimigos.

Estamos comprometidos incondicionalmente com a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo pobre e oprimido. Somos um jornal classista, aberto e gratuito, e queremos continuar assim. Se já houve um momento para contribuir com o DCO, este momento é agora. ; Qualquer contribuição, grande ou pequena, faz tremenda diferença. Apoie o DCO com doações a partir de R\$ 20,00 . Obrigado.

Em tempos em que a burguesia tenta apagar as linhas que separam a direita da esquerda, os golpistas dos lutadores contra o golpe; em tempos em que a burguesia tenta substituir o vermelho pelo verde e amarelo nas ruas e infiltrar verdadeiros inimigos do povo dentro do movimento popular, o Diário Causa Operária se coloca na linha de frente do enfrentamento contra tudo isso.

Diferentemente de outros portais , mesmo os progressistas, você não verá anúncios de empresas aqui. Não temos financiamento ou qualquer patrocínio dos grandes capitalistas. Isso porque entre nós e eles existe uma incompatibilidade absoluta - são os nossos inimigos.

Estamos comprometidos incondicionalmente com a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo pobre e oprimido. Somos um jornal classista, aberto e gratuito, e queremos continuar assim. Se já houve um momento para contribuir com o DCO, este momento é agora. ; Qualquer contribuição, grande ou pequena, faz tremenda diferença. Apoie o DCO com doações a partir de R\$ 20,00 . Obrigado.

Quero saber mais antes de contribuir

Em tempos em que a burguesia tenta apagar as linhas que separam a direita da esquerda, os golpistas dos lutadores contra o golpe; em tempos em que a burguesia tenta substituir o vermelho pelo verde e amarelo nas ruas e infiltrar verdadeiros inimigos do povo dentro do movimento popular, o Diário Causa Operária se coloca na linha de frente do enfrentamento contra tudo isso.

Se já houve um momento para contribuir com o DCO, este momento é agora. ; Qualquer contribuição, grande ou pequena, faz tremenda diferença. Apoie o DCO com doações a partir de R\$ 20,00 . Obrigado.

Site: <https://causaoperaria.org.br/2024/vampiros-do-mercado-financeiros-sangrando-o-pais-e-o-povo/>

Fim de sistema de 1993 promete acelerar entrada de importados

Estevão Taiar e Lu Aiko Otta

Inaugurado em 1993 como uma forma de centralizar registros de exportações e importações do Brasil, considerado vanguarda tecnológica na época, o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) começará a ser desligado em outubro. A desativação ocorrerá em etapas e terminará no fim de 2025.

Todos os registros passarão a ser realizados apenas pelo Portal Único do Comércio Exterior, que já vem aos poucos substituindo o Siscomex. O governo federal calcula que a mudança diminuirá de nove para cinco o número de dias que uma mercadoria demora para entrar no país.

Além da redução da burocracia e do tempo de espera, haverá ganhos na gestão de riscos de fraudes. Dessa forma, a expectativa é que o comércio lícito ganhe mais fluidez.

O processo de migração vem sendo conduzido pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e pela **Receita Federal**. Com o encerramento de todas as etapas, as importações só poderão ser feitas por meio do Portal Único.

"A transferência será realizada em um prazo razoável para que todos possam se adaptar", diz Cláudia Regina Thomaz, subsecretária de Administração **Aduaneira** da **Receita Federal**.

No ano passado, as importações do país somaram US\$ 241 bilhões, realizadas por aproximadamente 51 mil empresas e para as quais foram emitidas 3 milhões de licenças. Para este ano, a Secex projeta US\$ 259,1 bilhões em compras do exterior.

Uma das razões pelas quais as importações entram mais rapidamente no país por meio do Portal Único é o fato de o sistema, ao contrário do Siscomex, permitir a chamada "inspeção coordenada" do produto. A ideia é que a mercadoria seja inspecionada apenas uma vez, simultaneamente, pelos órgãos anuentes envolvidos na operação. Atualmente, 17 órgãos - como Anvisa, Ibama e a própria Receita - fiscalizam as importações, dependendo do produto. Mas hoje esse trabalho é feito em sequência, o que torna lento o desembaraço aduaneiro.

"A inspeção coordenada era uma demanda antiga do setor privado", afirma Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior do Mdic.

As empresas importadoras também poderão antecipar seus procedimentos aduaneiros, enquanto a mercadoria ainda estiver em trânsito. Hoje, essa facilidade é usufruída apenas pelos Operadores Econômicos Autorizados (OEA), empresas que têm bom histórico de conformidade com as regras da Receita e por isso ganham tratamento acelerado.

Além disso, será possível utilizar uma única licença de importação para múltiplas operações, no que é chamado de "licença flex". É uma facilidade que reduzirá custos e economizará tempo.

Receita e Secex calculam que, com a transferência completa para o Portal Único, as empresas importadoras economizarão aproximadamente R\$ 50 bilhões anuais. O cálculo é realizado com base em uma estimativa de que o custo diário de um bem parado antes de entrar no país é equivalente a 0,8% do seu valor.

Para Mario Cordeiro, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e especialista em comércio exterior, com as mudanças, o Brasil terá um sistema "ultrassofisticado" para tratar das importações e exportação de bens.

Mas, para ajudar no combate a problemas como pirataria, ele defende que o governo federal facilite para a sociedade o acesso a informações das empresas brasileiras exportadoras e importadoras.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187862>

Congresso pode acabar com isenção de importações de até US\$ 50

Raphael Di Cunto, Gabriel Shinohara e Lu Aiko Otta

A isenção de **tributos** federais sobre as remessas de produtos de valor até US\$ 50,00 feitas do exterior pode acabar por decisão do Congresso Nacional. O fim do benefício fiscal, utilizado por empresas de e-commerce internacionais, foi incluído no parecer do deputado Átila Lira (PP-PI) ao Projeto de Lei (PL) 914/2024, que trata de um tema totalmente diferente: o novo programa automotivo brasileiro, o Mobilidade Verde e Inovação (Mover).

O relatório do projeto, que tramita em regime de urgência, foi publicado no sábado (4) e pode ser votado já nesta segunda-feira (6) ou terça-feira (7). Segundo Átila, o fim da isenção é discutido há meses a pedido da indústria e do varejo nacionais, mas só encontrou espaço para avançar agora, neste projeto, por tratarem de temas semelhantes: a importação (no caso do projeto, de veículos).

Segundo o relator, a isenção de **impostos** das importações abaixo desse valor "tem preocupado a indústria nacional", principalmente a manufatura têxtil.

"Propomos revogar a possibilidade de importações via remessa postal que hoje estão isentas, para não gerar desequilíbrio com os produtos fabricados no Brasil, que pagam todos os **impostos**", escreveu no parecer. A inclusão desse ponto no projeto vinha sendo defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Há duas semanas, em reunião com empresários na Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Lira reforçou o discurso pelo fim da isenção e avisou que tentaria acabar com esse benefício ao votar o projeto do Mover. "Vamos fazer discussão sobre taxaço do e-commerce. Se vai ter apoio ou não, não sabemos [ainda]", declarou ele na época.

O fim da isenção é defendido por empresas de varejo e indústrias brasileiras, que acusam o e-commerce internacional de concorrência desleal ao não pagar os **impostos** federais e nem o imposto de importação. O governo Lula (PT) tentou extinguir o benefício no ano passado, mas foi duramente criticado nas redes sociais, perdeu popularidade e desistiu temporariamente dessa medida, o que fez os

empresários se voltarem ao Legislativo.

Por outro lado, as empresas estrangeiras e entidades de defesa do consumidor reclamam da tentativa de taxaço e, em especial, de que a discussão ocorra dentro do projeto do Mover, cujo assunto é a indústria automotiva.

"A medida requer discussões mais aprofundadas, e a decisão não pode ser tomada em um projeto de lei com foco diferente e que está sendo tratado em regime de urgência", disse a head de Relações Governamentais da Shein no Brasil, Anna Lima. "O fim do DeMinimis gerará um impacto negativo para as classes mais pobres", criticou.

A área técnica do Ministério da Fazenda ainda avalia a mudança.

A preocupação é se esse ponto afeta ou não o Remessa Conforme, criado pela **Receita Federal** para controlar as importações feitas por pessoas físicas nos marketplaces inscritos no programa. O Remessa é considerado um sucesso, sobretudo no controle da importação de eletrônicos, e permitiu a cobrança de ICMS, o que já reduziu bastante a quantidade de remessas.

A discussão ocorrerá dentro do projeto do Mover, nova política do governo para incentivar o setor automotivo e que substituiu o Rota 2023. O programa prevê R\$ 19,3 bilhões em incentivos para as empresas que investirem em descarbonização e levou a anúncios de R\$ 131 bilhões em investimentos no setor.

Átila Lira foi nomeado na sexta-feira e já apresentou seu parecer no sábado, mas deve fazer alguns "ajustes" no texto ainda nesta segunda-feira em relação a prazos. Os textos, contudo, mantêm quase inalterada a proposta do governo federal, que foi elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). A proposta tramita em regime de urgência e passa a trancar a pauta de votações da Câmara nesta segunda-feira, por isso a pressa.

A principal mudança sugerida pelo relator é autorizar que pessoas físicas e jurídicas possam importar veículos já emplacados no exterior (no caso das empresas, apenas se ela não tiver vínculo direto com

o fabricante). Segundo ele, foi uma demanda do PP, seu partido, que ele julgou justa. "Hoje não é permitida a importação direta, era apreendido.

Agora será permitido, mas terá que pagar todos os **impostos**, emplacar no Brasil, fazer a vistoria no Detran", disse. "É uma mudança para reduzir burocracia", afirmou o deputado.

A proposta acendeu sinais de alerta no governo. Na leitura dos técnicos, o texto permite que sejam importados, via empresas de comércio exterior, veículos fora das especificações do programa.

Seria uma porta de entrada para modelos tecnologicamente defasados e também poderia afetar os investimentos já anunciados no Brasil devido a maior concorrência.

No texto original do Executivo, apenas pessoas físicas poderiam fazer essa importação direta, mas de veículos novos e não emplacados, que teriam que ficar por três anos em nome delas antes de serem revendidos.

Os técnicos também entendem que o parecer deixou aberta a possibilidade de importação de carros usados, o que visaria principalmente modelos de altíssimo luxo. Isso hoje é proibido.

O relator nega e afirma que apenas veículos zero km poderão ser importados e que a mudança é para permitir que já tenham sido emplacados fora do país. Essas operações terão que ser informadas à montadora, tanto no Brasil como no exterior, para os casos de recall, manutenção e garantias.

"Isenção de **impostos** tem preocupado a indústria nacional" Átila Lira (PP-PI)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187862>

Novos desafios na tributação do capital (Artigo)

Caio Malpighi é tributarista no VBSO Advogados, especialista em Direito Tributário pelo IBDT, pesquisador do Núcleo de Pesquisas do Mestrado do IBDT e do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV/Dir

A Lei nº 14.754/23 trouxe alterações relevantes para a tributação da renda produzida pelo capital. A fim de aumentar a arrecadação e coibir planejamentos tributários com fundos de investimento no Brasil e entidades offshore, estabeleceu-se um método de tributação periódica de rendimentos e lucros acumulados, independentemente da efetiva distribuição.

Até então, muitos investidores acumulavam, reinvestiam e aumentavam o seu capital, mantendo-o em estruturas localizadas em jurisdições com tributação favorecida, ou até mesmo dentro da carteira de certos tipos de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado no Brasil, diferindo ao máximo a tributação desses investimentos para o momento deles eventualmente serem realizados (com a distribuição dos rendimentos ou lucros gerados pelo investimento ou com a alienação de sua participação).

É válido destacar que essa estratégia tributária e patrimonial não poderia, por si só, ser considerada uma conduta ilícita. Daí importante lembrarmos da clássica distinção entre elisão fiscal e evasão fiscal.

Do ponto de vista das finanças, a utilização de entidades offshore e fundos de investimento fechados reflete um fenômeno econômico: o mercado de capitais sendo induzido por determinadas regras tributárias que desoneram alguns tipos de investimento.

Mesmo se tratando de um fenômeno respaldado na legislação até então vigente, a **Receita Federal** muitas vezes tratou tais situações de forma inadequada, reprimindo estruturas dessa natureza, independente de se verificar dolo, simulação ou fraude, mas pelo simples fato de fundos de investimento fechados ou entidades offshore serem utilizadas no contexto de economia de **tributos**.

Com a nova legislação, a fiscalização desses tipos de veículos de investimento tende a se intensificar. Inclusive, são temas que constam da pauta de

Planejamento Anual de Fiscalização para 2024, divulgada recentemente pela **Receita Federal**. E, quanto a isso, poderão surgir novos pontos de discussão entre Fisco e contribuintes, principalmente diante da técnica de tributação introduzida pela Lei nº 14.754/23.

Visando captar a valorização do capital, a lei recorreu a critérios contábeis. Para os fundos de investimento, o novo diploma estabeleceu a incidência sobre a diferença entre o valor patrimonial da cota e o seu custo de aquisição.

Esse valor patrimonial que representará o acréscimo de riqueza tido como tributável pela lei está ligado ao conceito contábil de patrimônio líquido.

No caso das entidades offshore, a lei também elegeu um critério contábil para determinar o acréscimo financeiro que será tributado periodicamente: o lucro contábil, apurado em 31 de dezembro de cada ano, independentemente de ter sido distribuído ou não ao controlador. O lucro que servirá como base de cálculo do imposto devido pela pessoa física controladora da entidade deverá ser, portanto, aquele discriminado na demonstração do resultado do exercício (DRE).

A depender do tratamento contábil dado aos ativos financeiros da offshore, poderá haver impacto na tributação do seu controlador no Brasil. Se o ativo for avaliado por valor justo com contrapartida em resultado do exercício, a sua valorização será tributada. Por outro lado, se houver avaliação pelo valor justo com contrapartida em resultados abrangentes, ou então pelo custo amortizado, não haverá tributação no Brasil. Eis a importância da compreensão contábil, diante das novas regras de tributação de entidades no exterior.

De todo modo, não é porque uma offshore teve uma valorização considerável de seus investimentos em ativos financeiros - elevando o seu resultado -, que o seu controlador no Brasil tenha disponibilidade sobre os frutos desse investimento. Daí a razão de a Lei nº 14.754/23 ser questionável do ponto de vista jurídico: por ter o potencial de violar o conceito de renda tributável.

Quanto a isso, o artigo 43 do Código Tributário Nacional (CTN) determina que a renda deve estar

disponível para que possa ser tributada. Caso contrário, se tributará apenas a valorização do patrimônio (capital) investido. E, neste particular, a União Federal não possui autorização constitucional para tributar o patrimônio.

Não se nega que, eventualmente, poderiam existir situações de disponibilidades nessas estruturas de investimento. É o caso da existência de caixa na carteira de um fundo, que deixava de ser distribuído aos cotistas apenas para evitar a tributação.

Também, há quem diga que, mesmo sem distribuição de rendimentos, a valorização da participação em veículos de investimento dá aos seus controladores certa disponibilidade financeira. Além de poder decidir o momento de realização do seu investimento, alguém que detém controle sobre ativos de alto valor não realizados conseguiria, eventualmente, se alavancar mais facilmente e ter acesso a novas formas de capital por um "preço" menor daquele que seria exigido no mais das vezes. Atingiria, em tese, poder aquisitivo semelhante ao que teria caso realizasse o seu investimento, sem precisar, contudo, fazê-lo.

No entanto, tais exemplos não podem ser encarados como situações absolutas. Diante da nova lei, deve-se avaliar concretamente, caso a caso, se há ou não disponibilidade de renda, a fim de que eventuais violações e abusos sejam devidamente endereçados.

Caio Malpighi é tributarista no VBSO Advogados, especialista em Direito Tributário pelo IBDT, pesquisador do Núcleo de Pesquisas do Mestrado do IBDT e do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV/Dir

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187862>

Contribuição menor do MEI pode causar déficit na Previdência Social

ANA CAROLINA MANZZI

Todo microempreendedor individual (MEI) contribui para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e, por isso, tem direitos trabalhistas e pode receber aposentadoria, com benefícios comuns a qualquer trabalhador que possua registro em carteira. O valor fixo de contribuição do MEI geral para a Previdência é menor em comparação ao estabelecido para os trabalhadores formais. Especialistas apontam que o recolhimento de uma alíquota menor para esse grupo reduz a arrecadação previdenciária, o que pode causar problemas sérios e impactar negativamente a sustentabilidade do sistema a médio prazo.

De acordo com os dados da **Receita Federal**, atualmente, o Brasil tem mais de 15,7 milhões de pessoas registradas como microempreendedores individuais, que contribuem com a **Previdência Social**. Só no Estado do Rio de Janeiro, mais de 1,7 milhão de profissionais trabalham como microempreendedores individuais.

Apesar de muitas pessoas associarem apenas a uma garantia de aposentadoria, muito do que é oferecido não ajuda somente o microempreendedor, mas também traz segurança à sua família por se tratar de benefícios previdenciários que garantem a renda do MEI em casos de afastamento do trabalho por diversas razões e pensão por morte.

Por regra, os microempreendedores individuais contribuem com uma alíquota sobre o salário mínimo nacional, por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), que inclui o pagamento da contribuição ao **INSS**. Nele é contabilizado o imposto referente, seja sobre serviços (ISS) ou de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Não há necessidade de pagar qualquer complementação para ter acesso aos benefícios.

Ao todo, o MEI paga uma contribuição de 5% sobre o salário mínimo de R\$ 1.412 (valor de R\$ 70,60), mais R\$ 1 de ICMS, se desenvolver atividades de comércio e indústria, e R\$ 5 de ISS, se for prestador de serviços.

No total, o valor pode chegar a R\$ 76,60 ao mês.

O microempreendedor individual tem direitos iguais a

qualquer outro trabalhador contratado pelas regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tais como auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte, auxílio-reclusão e aposentadoria por idade ou invalidez para os dependentes. O valor pago é o equivalente a um salário mínimo.

ACESSO A BENEFÍCIOS

A legislação do MEI foi criada em 2008 com o objetivo de formalizar trabalhadores que desempenhavam diversas atividades, mas não tinham amparo legal ou segurança jurídica. Carla Beni, economista e professora de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), explica que o principal atrativo desse modelo era o acesso a benefícios mediante ao recolhimento unificado de **tributos** federais, estaduais e municipais com uma alíquota subsidiada.

"Quando a estrutura do MEI foi criada, já se criou com o subsídio embutido dentro dessa estrutura. Então, já se imaginou um complemento do Estado nessa contribuição. Porque uma pessoa que vai entrar nessa formalidade, se ela tiver que pagar a contribuição total, ela não vai entrar na formalidade. (...) Essa contribuição tem que ser e continuar sendo menor do que a incidente dos trabalhadores com carteira assinada, que pagam entre 7,5% e 14%, além da contribuição do empregador, que é mais 20% sobre o salário", diz.

"Então, para quem é MEI, tem uma parcela na qual existe um complemento da parte do Estado. Partindo desse ponto, você faz um modelo de formalização onde o Estado sempre fará um complemento. Isso significa que ajustes são necessários e serão feitos ao longo do tempo", pondera a economista.

O MEI foi criado para formalizar trabalhadores que não tinham amparo legal

*

Previdência: 10% dos contribuintes são MEIs

Os microempreendedores individuais representam 10% dos contribuintes da **Previdência Social** no país, mas apenas 1% da arrecadação do regime geral. "Ou seja, você está com uma parte muito importante da arrecadação de MEIs que não estão fazendo os

pagamentos em dia. Esse descasamento está sendo um problema", alerta.

Para Renata Coutinho, diretora de Previdência na Sinqia - empresa líder em tecnologia para o setor financeiro -, o maior problema é que a aposentadoria de um salário mínimo que os MEIs terão direito não será coberta por esse valor de contribuição, principalmente se o número de microempreendedores continuar a crescer em relação aos empregados formais.

"A longo prazo, isso pode gerar um desequilíbrio entre a arrecadação e os benefícios pagos, criando pressões sobre o financiamento da Previdência.

O **INSS** opera com um modelo matemático em que os contribuintes ativos sustentam os aposentados, o que atualmente tem gerado um desequilíbrio financeiro, especialmente devido ao envelhecimento da população", explica.

"Com o aumento do número de MEIs, a tendência é que o desequilíbrio entre as contribuições e os pagamentos de aposentadoria se agrave. Além disso, a garantia de um salário mínimo pode não ser suficiente para manter o padrão de vida do MEI, o que pode resultar em um aumento na dependência do Estado por parte dos aposentados", alerta Coutinho.

MOTIVOS

A conta não fecha

Ricardo Rodil, economista e líder do Mercado de Capitais do Grupo Crowe Macro, lembra que a ideia de dar as vantagens tributárias aos MEIs era a de que nenhuma empresa ficaria nessa posição por muito tempo. O MEI viraria empresa, que, crescendo, passaria de micro para pequena, por consequência média e, depois, de grande capital.

"Dentro dessa perspectiva, era lógico que o governo aceitasse receber menos **impostos** e contribuições desses empreendedores num momento inicial, com a perspectiva de aumentar a arrecadação no futuro.

Isto faz sentido pela perspectiva de, na medida em que a empresa crescer, o empreendedor passar a contribuir cada vez com um valor maior para os **impostos** e contribuições cobertos no 'pagamento único'", aponta Rodil.

"(...) Mesmo admitindo que a contribuição de um MEI em geral equivale a 5% de um salário mínimo, conclui-se que não seria suficiente para financiar sua aposentadoria", acrescenta.

Os especialistas também apontam que a conta da Previdência não fecha não só por causa do avanço da informalidade e dos MEIs, mas também por consequência da diminuição da fatia de jovens trabalhando e contribuindo e do aumento explosivo da proporção de idosos se aposentando.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12328/06-05-2024.html>

Pix e real digital farão parte do sistema de pagamento de imposto

O Banco Central e o Ministério da Fazenda estão em constante diálogo sobre a integração dos sistemas de pagamento eletrônico, como o Pix e o projeto do real digital, com as propostas da **reforma tributária** em andamento. As novas medidas propõem uma variedade de métodos de pagamento de **tributos**, sendo a compensação com créditos fiscais a primeira opção, seguida pelo recolhimento em tempo real via split payment, quitação pela empresa compradora e, por último, o pagamento pelo fornecedor do bem ou serviço.

Em uma recente conferência realizada pelo Núcleo de Estudos Fiscais da FGV Direito SP, Daniel Loria, diretor da Secretaria da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, compartilhou insights sobre a possível utilização das formas de pagamento menos comuns, que seriam reservadas para transações que envolvam dinheiro ou cheque. Ele expressou o desejo de tornar obrigatório o uso do split em todas as transações eletrônicas, destacando os ajustes em andamento nos sistemas do Pix e do real digital para se adaptarem a essa demanda.

Segundo Loria, as instituições financeiras serão encarregadas de desenvolver a tecnologia necessária para viabilizar o funcionamento do sistema de split payment. Essa iniciativa demandará uma colaboração estreita entre os bancos, responsáveis pelo Pix e pelo real digital, e as empresas de meios de pagamento, especialmente no que diz respeito aos cartões.

Em detalhes elucidativos, Loria e Leonardo Alvim, procurador da Fazenda Nacional, explicaram o funcionamento das duas primeiras formas de pagamento. As empresas terão acesso a uma espécie de conta-corrente junto à **Receita Federal** e ao Comitê Gestor para registrar créditos e débitos fiscais. A compensação surgirá como a primeira alternativa de pagamento, seguida pelo split payment, que será aplicado tanto nas transações entre empresas quanto nos pagamentos realizados pelo consumidor final.

Durante o evento, representantes de empresas e tributaristas levantaram questões sobre detalhes do sistema, como a possibilidade de aplicação de multas em caso de atraso no pagamento dos **tributos**. Loria indicou a possibilidade de cobrança de multa de mora nesses cenários.

Ademais, foram discutidos aspectos técnicos do sistema, como a aplicação de uma média do histórico entre créditos e débitos para empresas varejistas, e a previsão de devolução do valor em até três dias úteis em caso de recolhimento em tempo real de um tributo já quitado.

No geral, a expectativa é que o novo sistema contribua significativamente para a redução da inadimplência e simplificação dos processos contábeis, trazendo benefícios tanto para as empresas quanto para a administração tributária. O objetivo final é garantir uma transição suave e eficiente para um ambiente tributário mais moderno e alinhado com as demandas da economia digital.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/06-05-2024-edicao-24821/>

Previdência já demanda uma nova reforma (Editorial)

Em defesa da reoneração da folha de pagamento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cobrou do Congresso responsabilidade para não prejudicar a **Previdência Social**.

Segundo ele, se o Legislativo abrir mão dessas receitas, o País terá de aprovar outra reforma em três ou cinco anos.

"Não dá para brincar com essas coisas", afirmou. O ministro tem razão.

De fato, a sociedade terá de discutir regras mais duras para as aposentadorias muito em breve. A desoneração, no entanto, não é a maior nem a única culpada pelo problema.

Aprovada em 2019, a última reforma da Previdência gerou uma economia de R\$ 156,1 bilhões para o sistema até 2022, quase 80% a mais do que o governo havia estimado à época, segundo o consultor legislativo Leonardo Rolim, ex-secretário da área e ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Entre as mudanças, o texto estabeleceu uma idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres, bem como um tempo de contribuição mínimo para garantir o benefício. As regras estabilizaram o déficit do sistema até o fim da década de 2030, segundo o Banco Mundial, mas já se sabia que as mudanças demográficas exigiriam novos ajustes ao longo dos anos seguintes.

Estudos recentes têm mostrado aspectos preocupantes para a sustentabilidade do sistema previdenciário no médio e no longo prazos. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou que o País hoje tem 1,97 contribuinte para cada segurado e até 2051 terá mais beneficiários do que pessoas contribuindo com o sistema. Nesse cenário, a alíquota necessária para cobrir todos os custos do sistema teria de superar os 70% em 2060.

Além do envelhecimento populacional e da redução da taxa de fecundidade, que ocorre em boa parte dos países do mundo, fatores específicos da realidade brasileira explicam esse desequilíbrio.

Os autores do estudo, Graziela Ansiliero e Rogério

Nagamine, também ex-secretário do Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS), mencionaram a informalidade, o desemprego e o número de pessoas inativas e fora do mercado de trabalho.

Há algumas soluções, ainda que impopulares, para atenuar o problema. Artigo publicado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) recomenda a equiparação da idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres. Otávio Sidone, Fabio Giambiagi e Guilherme Tinoco calculam que a mudança economizaria R\$ 1,5 trilhão em despesas nos próximos 30 anos.

Completamente avesso a reformas, o governo Lula da Silva poderia ao menos contribuir para não piorar o desequilíbrio do sistema. Mas não é o que tem ocorrido. A aprovação da política permanente de valorização do salário mínimo - piso ao qual os benefícios previdenciários e assistenciais estão vinculados - pode ter anulado metade da economia da reforma de 2019, segundo Giambiagi informou em recente coluna no Estadão.

Dois terços das aposentadorias e pensões pagas pelo **INSS** serão reajustados pela **inflação** do ano anterior, mais a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes. Trata-se de uma regra totalmente incompatível com o arcabouço fiscal, que restringe o aumento das despesas a 70% da alta das receitas.

Pior: na hipótese de o País retomar um crescimento econômico mais vigoroso, a política de valorização permanente do salário mínimo fará com que os gastos previdenciários ultrapassem o limite de despesas estabelecido pela nova âncora ainda mais rapidamente.

Não se viu, no entanto, qualquer crítica ou ponderação por parte do ministro Haddad quando a medida era discutida e aprovada pelo Congresso. Afinal, foi uma iniciativa do presidente Lula da Silva e uma promessa de campanha do petista.

Seria fácil se todos os problemas da **Previdência Social** se resumissem à desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e dos municípios.

Mas há muitas outras questões a serem discutidas

para impedir o colapso das contas públicas, garantir a sustentabilidade da **Previdência Social** e assegurar a proteção de todos os seus segurados no futuro. Nada indica que serão enfrentadas por este governo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Desvinculação entre Previdência e o mínimo entra na mira de Tebet

Maria Cristina Fernandes

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, usa duas expressões para definir a missão inadiável de 2025, a composição de um cardápio de corte de gastos orçamentários: "Não dá mais para trabalhar no varejo" e é preciso "colocar o dedo na ferida" dos gastos públicos.

A missão vinha há muito sendo cobrada por setores empresariais que a apoiaram na disputa presidencial quando contemplou esta plataforma de racionalização do gasto. Como ministra de um governo cujo compromisso eleitoral foi o de recompor os gastos sociais, explica, seu foco no orçamento teve que readequar prioridades.

Não poderia ignorar o resgate de políticas públicas que, por quatro anos, deixaram o Minha Casa Minha Vida sem obras na faixa 1, a de mais baixa renda, a merenda escolar sem reajuste, servindo suco em pó, e ainda devolveram o país de volta ao mapa da fome.

Em seguida, precisou dar continuidade ao projeto de "Rotas de Integração Sul-Americana", que já havia se iniciado na Pasta e para o qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu prioridade. Foi sua dedicação a este projeto que a levou a traçar um roteiro de viagens para os dois lados da fronteira - Estados brasileiros que a margeiam e países do outro lado.

É a este projeto - e não ao abandono dos planos para o corte de gastos - que atribui à menor frequência de sua dobradinha com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com quem continua a pegar carona de volta a Brasília quando vem a São Paulo ver as filhas que moram na capital paulista.

No varejo da racionalização do gasto estão a avaliação do Cadastro Único do Bolsa Família, que gerou uma economia de R\$ 7 bilhões e ainda a reavaliação em curso do Proagro (garantia de pagamento do financiamento agrícola em quebra de safra de pequenos e médios produtores) e do seguro-defeso (destinado a pescadores).

E no atacado? A ministra chega, então, ao escopo do impacto fiscal dos benefícios que podem vir a ser atingidos ao final do levantamento levado a cabo pela

Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, criada no início do governo numa sinalização da disposição de levar adiante a empreitada. Desde fevereiro do ano passado esta secretaria é conduzida pelo economista e professor do Insper, Sergio Firpo.

No cardápio das propostas discutidas está a desvinculação dos benefícios da **Previdência Social** da política de valorização do salário mínimo. Esta política, que assegura a correção do mínimo pelo crescimento do **PIB** de dois anos anteriores e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano que antecede a fixação do valor do salário, compõe, ao lado do Bolsa Família, na sua visão, os dois programas sociais de maior impacto e de grande importância para a alavancagem da renda na economia, cláusula pétrea do programa de governo.

Duvida, porém, que o país tenha fôlego fiscal para estender indefinidamente a política de valorização aos benefícios previdenciários, ao seguro-desemprego, ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e ao abono salarial. "Vamos ter que fazer isso pela convicção ou pela dor", diz, ressaltando que a proposta é cumprir a Constituição e corrigir pela **inflação**.

O cardápio não para por aí. O Planejamento também faz simulações para a incorporação do Fundeb ao piso constitucional da educação. O governo é obrigado a gastar 18% da receita líquida de **impostos** com a área. Atribui à "irresponsabilidade" do ex-ministro Paulo Guedes a aceitação, sem resistência do governo passado, da emenda constitucional que aumentou, de maneira escalonada, de 10% para 23% (em 2026) a participação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Estima que essa medida pode ter um impacto em torno de R\$ 40 bilhões em três a quatro anos, com a ressalva de que todas as simulações são embrionárias. A PEC, aprovada em 2020, teve apoio do PT, mas a ministra espera que o debate esteja amadurecido sobre a necessidade de cumprir a meta fiscal sob os ditames constitucionais, que reservam ao ensino superior a responsabilidade da União na educação, cabendo o ensino básico a Estados e municípios.

Não concorda com a extensão da proposta ao piso da

saúde, porque acha que a pressão por gastos no setor tornaria a medida inócua.

Nem tampouco vê viabilidade de um piso único para saúde e educação calibrado em função das necessidades específicas da população de Estados e municípios. Dá por inviável a preservação da autonomia dos gestores face ao compartilhamento do gasto.

A convergência do ministro da Fazenda com esta pauta é evidente, mas a ministra faz questão de ressaltar que todo o cardápio de propostas passará por Haddad e que é a Junta de Execução Orçamentária que poderá levá-la ao presidente.

Na véspera, o ministro havia recomendado no X (o Twitter) um artigo do economista Bráulio Borges, no Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre, em que ele não apenas propõe a desvinculação do piso previdenciário e do BPC do salário mínimo, como vai adiante.

Sugere ainda reduzir a renúncia de receita do Simples Nacional e do programa do Microempreendedor Individual (MEI), bem como a desoneração horizontal da folha de pagamentos. A ministra não havia lido o artigo mas diz que Simples e MEI estão no radar.

O problema não é incluir propostas nesse cardápio, mas receber o aval do Congresso e do presidente.

Cresce, na área econômica do governo, a percepção de que o segundo aval é mais difícil que o primeiro, particularmente à medida que a sucessão de 2026 se aproxima.

"Tenho que deixar pronto o cardápio de ajustes para o presidente Lula decidir se e quando poderá levá-lo adiante", diz.

Quando as metas fiscais foram discutidas em 2023, Simone havia sugerido que o resultado primário de 2025 ficasse em zero, o que levou muita gente a dizer que ela estava "à esquerda" de Haddad. Em abril, o ministro anunciou a redução da meta do próximo ano, de um superávit de 0,5% do **PIB** para zero. Divergências como esta foram apontadas como indício de afastamento entre ambos. Simone Tebet descarta e diz que o que tornou a dobradinha menos frequente é sua dedicação às rotas de integração sul-americanas.

Abre o celular para mostrar o mapa do Brasil pintado com os destinos das exportações do país nos últimos 30 anos. De uma multiplicidade de bandeiras, o mapa finda num território nacional quase inteiramente pintando do vermelho da China. Esse é o ponto de partida das rotas para integrar a produção

agropecuária nacional ao Pacífico, que podem reduzir o trânsito de mercadorias para a Ásia em até 21 dias.

Vale-se do argumento de que apenas 14% do comércio da América do Sul é regionalizado, enquanto nos EUA chega a 40%, na Ásia, a 58% e na União Europeia, a 68%. E cabe na meta fiscal? Ao mostrar o plano a Haddad, num voo para Brasília, disse que rasgaria todos os mapas se batesse à sua porta para pedir dinheiro para viabilizá-lo.

Diz que as rotas já estão traçadas, faltando uma ponte aqui, uma alça de acesso acolá, e trechos localizados de estradas e ferrovias. Bastou uma negociação com governadores dos Estados de fronteira para que incluíssem as obras na cota de cada um no PAC e um acerto com quatro fontes de financiamento - Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), BNDES, Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e Fonplata - para que, nos próximos três anos, US\$ 10 bilhões sejam colocados à disposição de projetos de integração nos municípios fronteiriços do Brasil e de seus vizinhos.

Se essas rotas não a afastaram do ministro da Fazenda, a aproximaram do presidente da República, que vai para a plateia nos eventos em que apresenta o projeto, e do seu eleitorado natal no Mato Grosso do Sul, um dos Estados fronteiriços que têm nas rotas uma prioridade de décadas.

Desde sua adesão à candidatura Lula, no segundo turno de 2022, depois de terminar o primeiro com 4,2% dos votos, Simone Tebet enfrentou resistências no Estado em que seu pai (Ramez Tebet) foi governador e pelo qual foi eleita ao Senado em 2014. Sofreu hostilidades no prédio em que morava e já não tinha clima nem mesmo em festas de aniversários.

O clima mais desanuviado no Estado em que Simone Tebet diz já terem sido investidos no primeiro ano do governo Lula mais do que nos quatro de Jair Bolsonaro, coloca seu nome na bolsa de apostas para o time de ministros que o presidente prepara para reforçar a bancada governista num Senado crescentemente hostil.

A ministra nega, valendo-se do mesmo argumento que usava ao fim da disputa presidencial de 2022, o de que depois de ter entrado na política aos cinco anos de idade, na primeira campanha do pai, está na hora de pendurar as chuteiras, mas parece deixar uma fresta para a possibilidade de voltar à Casa caso a ameaça do radicalismo de extrema-direita no Congresso Nacional se materialize.

"Teremos que cortar o gasto público, pela convicção ou pela dor"

Simone Tebet

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187862>

Redução de gastos previdenciários tem 5 linhas de ação

Jéssica Sant"Ana

A projeção do governo de economizar R\$ 9,05 bilhões neste ano com a **Previdência Social** prevê cinco linhas de atuação, de acordo com notas técnicas obtidas pelo Valor via Lei de Acesso à Informação (LAI), incluindo a do grupo de trabalho criado para encontrar oportunidades de economia na gestão dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

O valor foi incorporado pela equipe econômica no relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento, divulgado em março, e evitou que o bloqueio de recursos anunciado, de R\$ 2,9 bilhões, fosse ainda maior.

A principal linha de atuação é o uso do Atestmed para concessão do auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio doença).

A economia estimada para o ano é de R\$ 5,6 bilhões, número que, conforme mostrou o Valor, é vista com ceticismo por especialistas.

O Atestmed é o sistema que permite a concessão de auxílio doença com análise somente do atestado digital, sem necessidade de o segurado passar por perícia médica presencial. A ferramenta vem sendo implementada pelo **INSS** desde meados do ano passado. Segundo o Ministério da **Previdência Social**, 44,3% das concessões de auxílio-doença de janeiro a março deste ano foram feitas por meio de análise digital.

De acordo com informações prestadas pelo **INSS** em uma das notas técnicas, a "implementação do Atestmed reduziu significativamente o tempo médio de concessão de benefícios, resultando em economia substancial nos pagamentos retroativos e correção monetária".

A nota destaca que, para a economia estimada para o ano ser alcançada, o Atestmed requer um investimento de R\$ 300 milhões para atualizações tecnológicas, capacitação de pessoal e adaptações infraestruturais.

Questionado se esse valor já foi aplicado, o **INSS** não retornou.

A segunda principal linha de atuação é a reavaliação dos benefícios por incapacidade, medida que pode gerar uma economia líquida de R\$ 2,9 bilhões, nos cálculos do governo. Será priorizada neste ano a análise das aposentadorias por incapacidade permanente sem avaliação nos últimos dois anos e dos auxílios-doença cuja concessão se deu há pelo menos um ano. O plano, de acordo com as notas técnicas, é iniciar as perícias de reavaliação em junho.

A expectativa do Ministério da **Previdência Social**, segundo as notas técnicas, é de se realizar 10 mil perícias de reavaliação mensalmente de forma ordinária.

Também estão previstas perícias extraordinárias, com pagamento de bônus de R\$ 76 aos peritos médicos por cada atendimento realizado. "Espera-se realizar ao longo de 12 meses o total de 1.295.425 perícias para todos os benefícios passíveis de reavaliação, sendo que 755.657 seriam realizadas em 2024, com 70 mil ordinárias e o restante extraordinária", diz um dos documentos obtidos pelo Valor. A medida demanda investimentos de R\$ 57 milhões.

Já as demais linhas de atuação envolvem ações de prevenção e contenção de fraudes, cobrança administrativa de benefícios indevidos e prevenção de ataques cibernéticos. A economia esperada é de R\$ 475,8 milhões, valor inicialmente estimado em R\$ 2,3 bilhões, mas reduzido posteriormente pela Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do **INSS**.

O governo também prevê a necessidade de investimentos da ordem de R\$ 134,6 milhões para implementar essas três linhas, devido à necessidades tecnológicas e de pessoal.

Por exemplo, no caso da cobrança de benefícios concedidos de forma indevida, o governo reconhece que a atividade está lenta por causa da ausência de servidores e de sistema informatizado de gestão do crédito que permita executar a cobrança e remetê-la à Procuradoria-Geral Federal (PGF) por via eletrônica. O governo estuda desenvolver uma solução sistêmica integrada ao Tesouro Nacional e à PGF para acelerar a recuperação dos débitos.

A economia incorporada pelo governo no relatório de

avaliação de receitas e despesas do Orçamento considera o cenário conservador. O grupo de trabalho responsável por identificar oportunidades de economia na previdência estima que as medidas, se implementadas, podem render até R\$ 14,3 bilhões no cenário mais otimista. Contudo, ele reconhece que o conjunto de ações depende de investimentos de cerca de R\$ 500 milhões em 2024. Procurado, o **INSS** não retornou para confirmar se o valor já foi aplicado.

A informação de que o governo contava neste ano com R\$ 9,05 bilhões em ações de economia relacionadas a benefícios previdenciários foi divulgada em março pelo secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Sergio Firpo. As notas técnicas detalhando as medidas, contudo, não eram públicas.

Cenário mais otimista prevê redução de gasto de até R\$ 14,3 bilhões, estima grupo de trabalho

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187862>

A 'bomba-relógio' da aposentadoria voltou (Editorial)

Em 2019, quando começou a vigorar a reforma da Previdência, esperava-se que a chamada "bomba-relógio" começasse a ser desarmada. Mas bastaram cinco anos para que as esperanças se desfizessem. Um recente estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) revelou que já temos menos de dois contribuintes para cada segurado. E as projeções são desanimadoras. Quando o alerta soou para a reforma, em 2012, havia 2,26 pessoas recolhendo o **INSS** para cada beneficiário. A proporção mudou para 1,97 para 1 em 2022 e, em 2051, a relação passará a ser deficitária (0,99 para 1). Traduzindo em valores, esse desequilíbrio significa um rombo no Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) de R\$ 326 bilhões, ou algo em torno de 2,5% do **PIB**. Não havendo nenhuma mudança nos próximos 26 anos, esse rombo vai quase dobrar, chegando a R\$ 722 bilhões. Para se ter uma ideia, o déficit previsto para este ano será duas vezes e meia o orçamento projetado para o Ministério da Saúde e três vezes o orçamento do Ministério do Trabalho.

Entre as explicações para esse esvaziamento tão rápido do RGPS está o envelhecimento crescente da população brasileira - o número de idosos cresceu 57,4% em 12 anos - e o avanço do trabalho informal - dos 100,2 milhões de pessoas na população ocupada no primeiro trimestre de 2024, mais de um terço (38,9 milhões) eram informais e pouco mais de um décimo (13,4 milhões) não fazia contribuições.

No bolso do trabalhador, essa conta teria um reflexo imediato: o recolhimento ao **INSS**, que hoje é de 7,5% a 14%, teria que passar para 32,2% do salário para dar conta da relação atual entre contribuinte e segurado. E, em 2060, ela teria que ser 73,6% dos rendimentos, uma situação insustentável. Existem remédios para tal situação, por vezes, muito amargos. Um deles é uma nova extensão do tempo de contribuição e da idade mínima para a aposentadoria, que hoje já passa dos 62 a 65 anos. Medida que dependerá, inclusive, de políticas públicas que gerem empregos formais, em especial para população com mais idade.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Vítimas de acidente de moto têm direito aos benefícios do INSS

CAIO PRATES

Os acidentes de moto são uma triste realidade nas ruas e avenidas brasileiras e representam uma significativa porção dos casos de lesões e mortes no trânsito. Quando esses acidentes resultam em sequelas permanentes, as vítimas enfrentam desafios físicos, emocionais e financeiros. Nesse contexto, o direito aos benefícios previdenciários surge como uma importante forma de proteção social para aqueles que sofrem lesões que impactam sua capacidade de trabalho e qualidade de vida.

De acordo com a Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito), a quantidade de motos nas ruas brasileiras teve um crescimento de 78% em dez anos. Em 2013, foram registrados 18 milhões de motociclistas. No ano passado esse número passou para 32 milhões.

Dados recentes do Ministério da Saúde indicam que mais de 1,2 milhão de pessoas foram internadas em 2023, em todo o País, após sofrer acidente de trânsito envolvendo moto. Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia lideram o número de internações. São Paulo é o estado com maior número de vítimas: 259.552. Na segunda colocação ficou Minas Gerais, com 127.099, e na sequência a Bahia, com 78.679 ocorrências.

Especialistas em direito previdenciário destacam que segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que sofrem algum tipo de acidente de trânsito como moto específica e do cumprimento dos requisitos estabelecidos pela legislação.

Segundo o advogado João Badari, sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, o auxílio-acidente é o principal benefício para quem é vítima de acidente envolvendo moto. "É um benefício previdenciário previsto na legislação brasileira, destinado aos trabalhadores e trabalhadoras que sofrem acidentes que resultam em sequelas permanentes, que provocam redução da capacidade para o trabalho habitual.

Entre essas lesões, estão as decorrentes de acidentes de trânsito, incluindo os de moto. Um dos principais critérios para a concessão do auxílio-acidente do **INSS** é a comprovação da redução da capacidade para o exercício profissional habitual. Isso significa que

a vítima deve passar por avaliação médica para determinar o grau de sua incapacidade e como isso afeta sua capacidade de realizar as atividades que exercia anteriormente", explica.

No caso específico de acidentes de moto, é comum que as sequelas sejam graves, dada a natureza do veículo e as circunstâncias das ocorrências.

Lesões na coluna, membros superiores e inferiores, além de traumas cranianos, estão entre as consequências mais frequentes.

"Essas lesões podem resultar em incapacidades permanentes que afetam diretamente a capacidade de trabalho e a qualidade de vida do indivíduo.

É importante destacar que o direito ao auxílio-acidente não se limita apenas a lesões físicas evidentes. Transtornos mentais, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático, também podem ser considerados como sequelas passíveis de concessão do benefício, desde que comprovada sua relação com o acidente", aponta Badari.

Os especialistas ressaltam que a concessão do auxílio-acidente não depende de culpa ou responsabilidade pelo acidente.

Mesmo que o próprio trabalhador seja responsável pelo acidente de moto que resultou em suas lesões, ele ainda pode ter direito ao benefício, desde que cumpra os requisitos legais, como a comprovação da redução da capacidade para o trabalho.

"Importante destacar que o auxílio-acidente é uma indenização mensal paga pelo **INSS**, que será paga até o momento da aposentadoria, e permite que o beneficiado continue trabalhando enquanto recebe. Ou seja, o trabalhador irá receber normalmente o seu salário, mais o auxílio mensal pela sequela", observa o advogado Ruslan Stuchi, sócio do escritório Stuchi Advogados.

Sequela permanente pode resultar em aposentadoria

No caso da lesão sofrida no acidente provocar uma sequela permanente e que incapacite totalmente para o trabalho e atividades diárias, o segurado ou a segurada poderá solicitar a aposentadoria por

incapacidade permanente, também conhecida como aposentadoria por invalidez.

"É uma modalidade de aposentadoria garantida aos segurados do **INSS** que estejam incapacitados de forma definitiva para trabalhar e garantir a sua subsistência. Para obter o benefício, é necessário que a incapacidade seja declarada por perito do órgão federal ou por um juiz, no caso de o trabalhador ter ingressado com ação na Justiça para obrigar a autarquia a conceder a aposentadoria", pontua Ruslan Stuci.

O advogado destaca que o primeiro passo para o segurado com incapacidade permanente pedir a aposentadoria por invalidez é agendar a perícia médica no órgão federal por meio do aplicativo e site Meu **INSS**. Outra opção é ligar para o telefone 135 do órgão. Os especialistas ressaltam que é fundamental que as vítimas de acidentes de moto com sequelas busquem orientação jurídica especializada para garantir o acesso aos seus direitos previdenciários. "O direito ao auxílio-acidente e outros benefícios previdenciários para vítimas de acidentes de moto com sequelas é uma importante garantia social para aqueles que sofrem lesões que impactam sua capacidade de trabalho e qualidade de vida. Por meio desse benefício, é possível proporcionar suporte financeiro e assistencial às vítimas, ajudando-as a enfrentar os desafios decorrentes dos acidentes e a reconstruir suas vidas", frisa João Badari.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_698253BF7BD08C91DB990054A989522D1E634378D1CCB54FCB60463A31841B4100F71EEAF2C88BEABF7E962CA3678416AC427BAE7A9708F288D022F9E50DFD542F358E55907BC34E527F884C73593241E39204F738C6E92B3AB845B2D6949F7B89486295F6C444BAE21BB9EE9BF1C0453FD513B6C40EC413D1BE9EC28EC8E

Reforma tributária: como será a tributação de empréstimos (Reforma tributária)

A proposta do governo de regulamentação da **reforma tributária** prevê a desoneração das operações de crédito para empresas.

Os serviços financeiros terão um regime diferenciado de tributação, como determina a Constituição. Quase 50 dos 499 artigos da proposta tratam desse setor.

Nesse regime, os **tributos** vão gerar créditos tanto para as instituições financeiras como para as empresas que tomam empréstimos ou pagam por seus serviços.

Se um banco contratar um call center, o tributo sobre essa operação vai gerar um crédito para a instituição financeira -considerando a alíquota desse serviço.

Se uma empresa contratar um seguro ou um empréstimo, ela vai ter crédito dos **tributos** sobre essa despesa. Lojistas que contratam maquininhas de pagamento também vão se creditar do tributo sobre esse custo.

Haverá uma única alíquota para todos os serviços de intermediação financeira, que será uniforme em todo o país.

A proposta do governo traz a fórmula de cálculo dela, que segue a obrigação constitucional de não aumentar a carga tributária dos empréstimos bancários.

Nos empréstimos, a tributação para o banco incide sobre a margem financeira dele -o spread bancário, ou diferença entre taxa de captação e de empréstimo. Outras atividades financeiras terão essa margem calculada de outra forma.

Para a empresa que toma o empréstimo, o crédito será calculado com base na diferença entre o juro cobrado pelo banco e a taxa básica de juros (Selic).

Ou seja, será descontado primeiro o valor do principal do empréstimo e aquele correspondente à Selic. Sobre o restante a ser pago ao banco, será aplicada a mesma alíquota da instituição financeira, para que seja calculado o valor do crédito para a empresa.

Um exemplo dado pelo governo considera uma empresa que toma um crédito bancário de R\$ 100 mil, por 12 meses, com taxa de juros de 20% ao ano, no

período em que a Selic estiver fixa em 12% ao ano.

Em uma conta simplificada feita pelo governo, ela teria uma dívida de R\$ 120 mil no final de um ano (R\$ 112 mil se fosse considerada apenas a taxa básica). Sobre essa diferença de R\$ 8.000 será aplicada a alíquota para determinar qual o valor do crédito dos **tributos** para a empresa.

Se a alíquota for de 10%, como calculam algumas entidades do setor, a empresa recupera R\$ 800.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Os bancos terão de prestar essas informações, segundo o Ministério da Fazenda. O creditamento considera que a empresa estará adimplente com o empréstimo, já que ela terá de, primeiro, quitar o equivalente ao principal mais juros que correspondem à da taxa básica.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, classificou o modelo como inédito entre os 174 países que adotam o modelo de tributação sobre valor adicionado.

Na Europa, por exemplo, há isenção para empréstimos, mas o Congresso brasileiro não permitiu essa desoneração.

"O efeito final disso é aumentar a competitividade das empresas brasileiras, porque o tributo que incidiu na intermediação financeira será recuperado na forma de crédito", disse Appy no dia da divulgação do projeto.

Atividades que não sejam serviços financeiros, ou que tenham cobrança por meio de tarifas bancárias ou comissões, serão tributados com a alíquota cheia dos novos **tributos**.

Como as pessoas físicas não são contribuintes dos novos **tributos**, elas não se creditam da taxação sobre bens e serviços, sejam eles financeiros ou não. Ou seja, o empréstimo à pessoa física não gera crédito.

Entre os serviços financeiros tratados na proposta estão operações de crédito, câmbio, leasing,

factoring, consórcios, arranjos de pagamento, seguros, previdência privada e serviços de ativos virtuais.

A CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras) afirma que o texto enviado pelo governo aumentará a carga tributária do setor bancário e que isso terá impacto no custo do crédito. A entidade diz que irá conversar com governo e Congresso para mostrar o que pode ser melhorado no texto.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/05/reforma-tributaria-como-sera-a-tributacao-de-emprestimos.shtml>

Temo pela desidratação da reforma tributária, diz presidente da CNI (Reforma tributária)

O presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Ricardo Alban, alerta para o risco de desidratação da **reforma tributária** na sua fase de regulamentação.

"Essa reforma pode ser desidratada nos detalhes", afirma Alban, em entrevista à Folha. "O problema é que nos detalhes vão voltar vários lobbies a atuar."

As duas preocupações maiores da indústria são com o Imposto Seletivo e a cesta básica.

O empresário diz ainda que a nova política industrial do governo precisa acelerar e critica a política de redução de estímulos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Todos sabem que não tem mais espaço para aquecer a massa tributária no Brasil", diz.

Qual a sua avaliação sobre a regulamentação da **reforma tributária** entregue ao Congresso?

O texto é longo. Mas [estamos] muito preocupados com o Imposto Seletivo sobre insumos, que voltaria a representar a cumulatividade. Estamos preocupados com os produtos que podem estar incluídos em redução ou isenção de alíquota para que não sobre-carregue o IVA.

De outro lado, ficamos bastante satisfeitos em saber que foi incorporado ao projeto, a partir de uma discussão que tivemos, [item] em relação ao crédito [do imposto] do spread bancário -aquele que supera a Selic para as operações financeiras-, de forma que vai ajudar bastante no processo de redução do custo financeiro do país.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O que esperar da regulamentação na Câmara?

O perigo mora nos detalhes. Essa reforma pode ser desidratada nos detalhes. Essa reforma pode ter uma

nova onda de postergação.

Se vierem dois, três projetos de lei, é impossível pensar o mesmo relator. Mas o que advogamos, de uma forma lógica e coerente, é que o âmagdo do projeto de lei, que trata da reforma, deve ser [do relator] Aguinaldo Ribeiro.

O posto dele como relator não está certo.

Por isso você pode botar [na entrevista]: a indústria defende o Aguinaldo Ribeiro.

O problema é que nos detalhes vão voltar vários lobbies a atuar. O problema do lobby é que ele não é assumido. Nos Estados Unidos, é uma profissão.

O sr. teme pela reforma?

Temo pela desidratação. Temo nos itens, principalmente, que dizem respeito à alíquota do Imposto Seletivo. O que diz respeito à cesta básica.

O que pode ser interpretado como cesta básica? Saiu uma relação aí, não sei se veio do Congresso, que era uma coisa absurda. E o Imposto Seletivo, nós vamos tributar insumos da cadeia produtiva? Qual é o país que tributa a exportação?

O sr. vê risco de o Imposto Seletivo ser usado para aumentar a carga tributária?

Claro. E lá saiu alíquota de até 1%. [Veja] o efeito multiplicador disso numa cadeia aqui.

O sr. acha que a sucessão da presidência da Câmara está contaminando a reforma?

Não sei se neste momento é a sucessão que está contaminando. O ambiente político que busca ainda convergências entre o Executivo e o Legislativo. Na verdade, a partir de julho, depois de São João, vai parar. A bola da vez é a eleição municipal.

A produção industrial segue em 2024 com dificuldade de recuperação. Quais as razões para esse quadro?

Temos um hiato de formação de mão de obra, de atualização tecnológica, de incentivos de financiamento para renovação de equipamentos e de política industrial. É uma combinação explosiva.

O que agravou esse processo?

Se um elo da cadeia não estiver tão aparelhado, atualizado e apoiado, vai interferir na estrutura de custo de toda a cadeia.

Gostamos de falar do custo Brasil, que é um jargão, mas temos um dos custos de energia mais baratos do mundo. Temos a maior parte das nossas hidrelétricas amortizadas. Tivemos Itaipu amortizada e estamos discutindo aumento [da tarifa]. Nós deveríamos estar discutindo uma redução.

Tem o lado do Paraguai que quer aumentar a tarifa. Tem também a equação tarifária no Brasil, está cheia de penduricalhos. Como nós temos um dos custos de produção mais baixo e uma das energias mais caras?

O que é mais urgente para a indústria?

Não tenho uma resposta tão simples. Nós precisamos da implementação da política industrial. Nós estamos ainda detalhando a política. Na verdade, neste mesmo momento o Brasil trava outras lutas.

Quais?

As lutas políticas que temos hoje, de espaço entre os Poderes. A luta política de um déficit fiscal à custa de receitas ou de redução de estímulo à produção. Se você reduzir alguns tipos de estímulos, como as medidas que estão aí, vai na mesma situação.

O que o sr. quer dizer com isso?

Não se está criando imposto, mas se está reduzindo o benefício que se tinha. Quem mais contribui com a carga [tributária] federal? A indústria. Quem vai mais sofrer? A indústria.

Está se correndo um risco de desidratar os benefícios da **reforma tributária** quando você faz esse movimento. A **reforma tributária** tem um horizonte de maturação. Ela vai começar a partir de 2026 e 2027.

Ao mesmo tempo, [o governo] trabalha em reduções de estímulos. O impacto dos benefícios, segundo alguns dos levantamentos nossos, significa em média de 30% a 35% de perda do incentivo fiscal que essas empresas tinham. Isso é um contratempo que impede o processo de aceleração. Muitas empresas judicializaram, inclusive nós.

Há economistas que apontam que a agenda de aumento da arrecadação do ministro Haddad é um fator que inibe o crescimento. O sr. concorda com isso?

Claro, principalmente no setor industrial, que é quem mais contribui. Se você está tirando alguns estímulos, ele anda obviamente na contramão. Como é que se equilibra o custo, principalmente para produtos tradables [comercializados mundialmente]?

Se tiram estímulos daqui, e lá fora continua a mesma coisa, você está perdendo competitividade.

Há um esgotamento da estratégia de alta de **impostos** para melhorar as contas públicas?

Todos sabem que não tem mais espaço para aquecer a massa tributária no Brasil. Isso já é quase um ponto comum.

A CNI entrou como uma ação no STF para acabar com a isenção das compras de até US\$ 50 nas plataformas de ecommerce internacionais. O que esperar?

Às vezes falta uma decisão política e em um ano eleitoral vai ser mais difícil ter no Congresso. Faltou uma decisão política do Executivo. Eu li que uma das dessas empresas já tinha atingido bilhões de faturamento.

O Supremo não deu ainda liminar. Mas eu estou otimista com isso pela sensibilidade que a gente ouviu dos ministros.

Há uma inação do governo em relação a esse tema da isenção de até US\$ 50?

Sim, de fato, por isso que nós entramos [na Justiça]. A nossa sensibilidade é que a **Receita Federal** não tem como ser contra isso. Não tem argumento. Estamos falando de equidade.

Como avalia a judicialização da desoneração da folha de pagamentos?

É preocupante. Essa decisão reonera a folha de diversos setores produtivos, aumenta o custo da mão de obra, afeta a competitividade dos produtos e dos serviços brasileiros no mercado interno e no comércio internacional e prejudica o ambiente econômico.

Os críticos afirmam que a indústria gosta de protecionismo.

Não. Protecionismo tem no mundo inteiro. A indústria americana, a Europa, a Inglaterra. A própria China

com a sua indústria. E nós temos custos que ninguém tem. Não é protecionismo. É dar equiparação competitiva.

Então, na sua avaliação, estaria faltando mais incentivo do governo para indústria brasileira?

Nós não temos um país com uma condição de orçamento tão tranquila para isso. Nós estamos falando da nossa NIB [Nova Indústria Brasil] de R\$ 300 bilhões [de 2024 até 2026]. Quanto é o Plano Safra? Se eu não me engano, são quase R\$ 400 bilhões por ano.

A indústria está sendo tratada de forma diferente?

Óbvio. Mas não é em detrimento da agricultura. A gente quer uma evolução gradativa. Temos de dar o pontapé inicial.

A política industrial tem de acelerar?

Tem de acelerar. É apenas o primeiro passo. Que bom que demos o primeiro passo. Estamos tentando acelerar dentro da realidade que é a conjuntura política, da limitação fiscal e das prioridades sociais que esse país tem com esse governo.

A nova política industrial, a NIB, anda lenta?

Bem mais lenta do que deveria ser. Nós ainda estamos trabalhando com a perspectiva de o **PIB** industrial crescer 1,9%. Estamos vindo de bases pequenas.

Temos grandes oportunidades com a transição energética, mas temos um processo regulatório [pela frente]. Alguns países já saíram na frente. Temos uma idade média de 14 anos dos equipamentos do nosso parque industrial.

O sr. está satisfeito com a atuação do vice Geraldo Alckmin no ministério?

Eu estou satisfeito com o Alckmin e também com a postura do BNDES. Porque você vê, de fato, medidas sendo tomadas [pelo BNDES] em favor da indústria.

Nós estamos tendo de trabalhar em várias fontes. Por exemplo, as obras do PAC, estamos conversando e tentando ver se podemos criar um fundo garantidor para investimento em infraestrutura. Porque as nossas empresas não têm condições de acesso ao crédito com custo melhor.

Como funcionaria?

Precisamos ter acesso ao financiamento. Seria criado

com recursos que viriam do próprio negócio ou de outras fontes. Essa é uma proposta que tem de ser detalhada. É para as empresas nacionais terem um custo mais barato. Estamos conversando com a Fazenda e o BNDES.

RAIO-X

Ricardo Alban, 64

Presidiu a Federação das Indústrias do Estado da Bahia por nove anos e foi presidente do Centro das Indústrias do Estado da Bahia entre 2018 e 2023. É formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal da Bahia e administração de empresas pela Escola de Administração de Empresas da Bahia. Trabalhou no Citibank no início dos anos 1980. Desde 1987, é sócio-diretor da Biscoitos Tupy, tradicional fábrica de alimentos fundada por sua família. Em 2023 foi eleito para presidir a CNI

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/temo-pela-desidracao-da-reforma-tributaria-diz-presidente-da-cni.shtml>

IMPLACÁVEIS - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Os governos têm sido implacáveis com a **Previdência Social** e, logicamente, com os aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A retirada de recursos financeiros dessa área acontece há dezenas de anos sem que seja feita a reposição do que foi retirado para aplicação em outros programas governamentais. Com esse procedimento reprovável sacrificam milhões de brasileiras e brasileiros, participantes e contribuintes da **Previdência Social**, tornando a vida desses cidadãos e cidadãs insustentável, motivada pela redução sistemática dos seus proventos. Redução esta proveniente da desvinculação do mesmo reajuste percentual aplicado ao salário mínimo. Injustiça!

PREJUÍZO

Igualmente, os Fundos de Pensão que suplementam e complementam os proventos das aposentadorias e pensões concedidas pelo **INSS** são penalizados, pois, obrigatoriamente, têm que arcar com o dispêndio que é da competência do Instituto. E isso vem acontecendo desde setembro de 1991. É um malfeito de 33 anos que exige correção. O Fundo de Pensão Petros já criou até o Plano de Equacionamento de Déficit (PED), descontando dos assistidos valores insuportáveis que vem influenciando decisivamente na qualidade de vida, impedindo a regularidade e normalidade que possuíam antes dessa calamidade e perversidade praticada com quem não tem a responsabilidade pelo desmando.

MALFEITO

É tempo de se corrigir o malfeito. A **Previdência Social** no Brasil é centenária, não havendo motivo justificável para que aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, sejam punidos dessa forma inconcebível e inconsequente. Devemos destacar a contribuição que esse contingente de pessoas prestou e continua prestando ao desenvolvimento do nosso País, lembrando o que registrou a Comissão Parlamentar de Inquérito da **Previdência Social** (CPIPREV), composta de Senadores da República, em julho de 2017. Dentre tantas outras contribuições com recursos financeiros da **Previdência Social** estão a construção de Brasília, a rodovia Transamazônica, a ponte Rio-Niterói e as usinas de Itaipu e de Volta Redonda. Estes são só alguns exemplos.

CUMPRIMENTO

A propósito, a CPI da Previdência vai completar em julho próximo sete anos que publicou o Resultado Final. É um relatório minucioso, proporcionando informações de importância vital para que a **Previdência Social** corrija os erros e equívocos cometidos, a fim de funcionar atendendo às suas atribuições e favorecendo o segurado. Podemos assegurar que recursos financeiros existem e são suficientes para atender a demanda, principalmente após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, quando criou a **Seguridade Social**, compondo-se o tripé: saúde, assistência social e **previdência social**. Depende agora de se cumprir os dispositivos constitucionais.

REIVINDICAÇÕES

Aposentados e pensionistas pertencentes ao Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do **INSS**, entendem e reivindicam que os dispositivos constitucionais sejam aplicados conforme o estabelecido e que os recursos financeiros, arrecadados da conta **Seguridade Social**, não sofram transferências para outros programas de governo. Que a aplicação desses recursos permaneça exclusiva na cobertura das despesas decorrentes com saúde, assistência social e **previdência social**. Reivindicam ainda que o instrumento Desvinculação de Receitas da União, que chamamos de famigerada DRU, não seja mais renovado e sim eliminado definitivamente.

PROJETO

O Projeto de Lei número 4434 de 2008 não pode mais ser postergado. A sua aprovação pelos deputados federais e promulgação do Presidente da República é necessária e urgente. Corrige uma injustiça praticada contra aposentados e pensionistas do **INSS** e restabelece a dignidade, a normalidade de vida daqueles que injustamente foram penalizados com a redução de seus proventos sem um motivo que justifique punição tão perversa e esdrúxula, ocorrida a partir do governo Fernando Collor de Mello.

HOJE

"Um hoje vale dois amanhãs. Nunca deixe para fazer amanhã o que pode fazer hoje" (Benjamin Franklin).

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Mercado aposta em corte de 0,25 ponto da Selic

» ROSANA HESSEL

Os diretores do Banco Central se reúnem nesta semana, entre terça e quarta-feira, para mais um encontro do Comitê de Política Monetária (Copom). Será o terceiro do ano e o primeiro após a mudança da meta fiscal nos próximos anos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, enviado ao Congresso no mês passado.

Analistas ampliam as apostas de que desta vez o colegiado será mais cauteloso.

A alteração da meta fiscal, em menos de um ano de vigência do novo arcabouço, acendeu mais um alerta na condução da política monetária e, apesar de o mercado de trabalho estar mais aquecido do que o esperado, isso também acaba jogando pressões inflacionárias, especialmente no setor de serviços.

Não à toa, crescem as estimativas do mercado financeiro de que o corte na taxa básica da economia (Selic), atualmente em 10,75% ao ano, será de 0,25 ponto percentual, para 10,50%, em vez de 0,50 ponto percentual, como o Copom havia sinalizado no **comunicado** da reunião anterior, em março.

As apostas para o próximo Copom estão divididas, mas o corte de 0,25 ponto percentual na Selic está ganhando espaço", destaca o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale. Ele acredita que não haverá o tradicional consenso entre os diretores do Copom, mas que a maioria deverá votar para a redução de 0,50 ponto.

"Mas não me surpreenderia se vier um corte de 0,25%, o que certamente vai gerar divisão no Copom", acrescenta Vale, reforçando o aumento da preocupação com a questão fiscal, já que a arrecadação extraordinária registrada nos últimos meses pode não continuar se repetindo daqui para frente. "O mercado estava muito crente de que haveria espaço político para novas rodadas de aumento de arrecadação.

Mas o que precisava era de mais atenção com os gastos, por parte do governo e do Congresso", resume.

O economista da MB ressalta também que o mês de

abril trouxe turbulências para todos os gostos. Ele cita a ampliação da guerra no Oriente Médio, o estouro da meta fiscal aqui no Brasil e a piora relevante do cenário norte-americano, com uma **inflação** mais resistente do que o esperado.

Ainda no mercado externo, aumentam as incertezas após o Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) manter o intervalo dos juros básicos norte-americanos no maior patamar em 23 anos - de 5,25% a 5,5% ao ano - por um período mais prolongado do que o inicialmente previsto.

Com a economia seguindo aquecida e a **inflação** piorando nas últimas leituras, o Fed sinalizou que, se precisar, manterá os juros nesse patamar por muito tempo ainda. "Mas o fato é que se uma recessão ou sinais dela aparecerem, nós ainda poderemos ver queda de juros este ano.

O cenário de não haver queda só valeria nessa situação de resiliência contínua da economia americana", destaca Vale.

Piora nas previsões A previsão para a Selic no fim deste ano também mudou, passando de 9% antes da alteração da meta fiscal, para 9,50%, no último boletim Focus, divulgado na semana passada. A revisão reflete o aumento da cautela na condução da política monetária que vem sendo sinalizada pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, em várias apresentações ao mercado, sinalizando uma redução no ritmo do ciclo de corte da Selic, iniciado em agosto do ano passado.

"Nas últimas apresentações, Campos Neto foi bem claro na crítica à mudança da meta fiscal e lembrou que quando você perde a âncora fiscal ela é arranhada, ou seja, quando você tem um desafio maior ou menor na contribuição do resultado primário para reduzir a **inflação**, você tende a jogar um peso mais excessivo no ajuste da política monetária", pondera Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos.

A tendência, de acordo com ele, é de pressionar por uma política monetária um pouco mais apertada ou menos flexível. "De certa forma, a mudança na meta elevou ainda mais a probabilidade dessa opção de redução do ritmo de queda da Selic na próxima

reunião do Copom", avalia o economista, que acredita que haverá corte de 0,25 ponto percentual na Selic na reunião desta semana.

"Há outras declarações também de diretores do BC, enfatizando bastante o impacto do mercado de trabalho sobre os rendimentos e da oferta de crédito, que está se dizendo que dinamizou a **inflação** futura e parece que tem um respaldo importante.

Não esquecendo também que, mesmo com essa suavização do risco do conflito no Oriente Médio e o preço médio do barril do petróleo ainda estar em um patamar razoável, ainda existe uma certa recuperação do reajuste do combustível", alerta.

Eduardo Velho lembra que, com as chuvas no Rio Grande do Sul, há um novo agravante que pode pressionar a **inflação**. "Tem aí uma quebra da safra de soja por conta dessas enchentes no Sul no país, há produtores reavaliando para baixo a estimativa da safra. Então, me parece que isso dá margem para uma piora na **inflação** e uma piora na área fiscal, que vai forçar uma conduta menos flexível do Banco Central em maio", pontua.

Mercado de trabalho O aumento no número de vagas formais no mercado de trabalho em março, com criação de 244 mil postos com carteira assinada, e a taxa de desemprego em 7,9%, em patamar melhor do que o esperado pelo mercado, também ajudam nas apostas para que o corte da Selic seja de 0,25 ponto percentual em vez de 0,50 ponto. O mercado de trabalho mais aquecido pode implicar em um cenário mais positivo para o consumo de bens e serviços e, com isso, um desafio maior para o BC no controle da **inflação**.

Roberto Padovani, economista- chefe do Banco BV, acredita que a maior parte do mercado está apostando queda de 0,25 ponto percentual na taxa Selic por várias razões. "Um aumento de incertezas globais, tanto em relação às dúvidas sobre taxa de juros dos Estados Unidos quanto às questões geopolíticas. Aqui no Brasil, a situação fiscal também merece atenção. E, principalmente, isso afeta diretamente a **inflação** de serviços, uma combinação de expansão fiscal com renda. Todos esses fatores fazem com que as expectativas de **inflação** estejam acima da meta", destaca.

Padovani ressalta ainda que a taxa de juro real (descontada a **inflação**) ainda está elevada e, portanto, há espaço para redução da Selic. "Há espaço para corte dos juros, mas em ritmo mais moderado, porque a **inflação** de serviços parou de cair, e está estabilizada em 5%. Por isso, há justificativa para o mercado esperar um corte de 0,25

ponto percentual. E as declarações de Campos Neto influenciaram muito para isso e abriu essa possibilidade de corte menor", explica.

Divergências na decisão

Assim como Vale, Padovani acredita que é possível uma divisão na decisão do Copom. Ele, inclusive, demonstra preocupação com o atual patamar dos juros e acredita que ainda é cedo para o Copom mudar a sinalização futura (forward guidance) da reunião anterior.

"Acho que os juros reais estão muito elevados e o processo inflacionário continua, apesar da dificuldade com o setor de serviços, não há motivos para eles mudarem o forward guidance que eles tinham dado de corte de 0,50 ponto. Mas a fala de Campos Neto e o aumento das incertezas globais, assim como as dúvidas em relação ao fiscal e o mercado de trabalho mais aquecido, tudo isso, são argumentos para o corte de 0,25 ponto na Selic", reforça.

O economista Alberto Ramos, diretor de pesquisa para América Latina do Goldman Sachs, também espera que o Copom se desvie do anterior forward guidance e desacelere o ritmo de normalização da taxa básica de juros para 10,50% ao ano, apostando também no fim do consenso entre a diretoria do BC.

"Não descartamos um ou mais votos para um corte de 50 pontos-base na Selic e um **comunicado** hawkish (mais intolerante à **inflação**) sugerindo espaço limitado para uma flexibilização adicional significativa posteriormente", afirmou em relatório enviado aos clientes.

Ramos ressalta esperar que o Copom reforce no **comunicado** que a "postura política permanecerá restritiva até que o processo de desinflação se consolide e as expectativas de **inflação** voltem a ancorar em torno da meta".

"É necessária prudência, dado que a dinâmica da **inflação** nos serviços básicos permanece rígida, as expectativas de **inflação** para 2024, 2025 e 2026 permanecem visivelmente acima da meta de **inflação** e para 2025 pioraram desde a última reunião, além disso, o cenário do mercado de trabalho permanece restritivo", explica.

"Globalmente, o cenário macroeconômico interno tornou-se menos favorável à **inflação** e o cenário externo mais incerto e volátil", acrescenta o economista do banco norte-americano.

"Não descartamos um ou mais votos para um corte de 50 pontos-base e um **comunicado** mais intolerante à

inflação" Alberto Ramos, economista do Goldman Sachs

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/5924/06-05-2024.html?all=1>

País precisa investir em capital humano e crescer para diminuir informalidade

Marsílea Gombata

Reduzir o nível de informalidade do Brasil exigirá maior crescimento da economia, mas também aumentar a produtividade e investir em capital humano. Para isso, ou o país prioriza a educação voltada para o setor produtivo ou terá de importar mão de obra capacitada, afirmam professores da Fundação Dom Cabral (FDC) em apresentação ao Valor, no âmbito da iniciativa Imagine Brasil, da fundação.

Mesmo se a economia tiver uma taxa de crescimento elevada de 7% ao ano nos próximos dez anos, com a renda per capita dobrando, levaria cerca de 60 anos para se trazer a informalidade média de países em desenvolvimento de 50% para a ordem de 20%, afirma Carlos Primo Braga, professor da FDC e especialista em economia internacional e estratégia empresarial.

Ele lembra que, desde os anos 1980, a produtividade brasileira está praticamente estagnada. Em contraposição ao crescimento médio de 4,5% entre 1950 e 1980, nos últimos 40 anos, o avanço tem sido abaixo de 1% ao ano, em média.

"O crescimento de qualquer país é o crescimento da força de trabalho mais o crescimento da produtividade. O da força de trabalho podemos estimar pelo crescimento demográfico do país, que está em 0,6% ao ano. Então, a grande definição para o crescimento sustentado no caso brasileiro é o crescimento da produtividade do trabalho", diz.

"Se olharmos a distribuição da produtividade do trabalho pelas firmas, [veremos um gráfico que se] parece um camelo com duas corcovas. Por quê? Tem a corcova do setor formal, em que a produtividade é bem maior, e a do setor informal, com a produtividade bem menor. No caso brasileiro, isso é muito pronunciado." Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que, em todo o mundo, mais 60% da força de trabalho adulta estão no setor informal, o que equivale a cerca de 2 bilhões de pessoas. Nos países em desenvolvimento, o setor informal corresponde a cerca de 35% do Produto Interno Bruto (**PIB**), enquanto nos países ricos chega a 15%, afirma Braga.

Nos últimos anos, ainda que venha diminuindo a passos lentos no Brasil, a informalidade - que reúne os

trabalhadores por conta própria e aqueles sem carteira assinada - está em patamares altos historicamente. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua divulgada na semana passada mostram que a taxa de informalidade nos primeiros três meses de 2024 ficou em 38,9% da população ocupada, ante 39,1% no trimestre anterior.

"Isso [essa proporção] é uma indicação da importância do setor informal na economia brasileira", observa Braga.

O problema é que o setor informal representa um obstáculo ao crescimento da economia, uma vez que as empresas informais têm, costumeiramente, baixa produtividade.

Ao lembrar dados do Banco Mundial, Braga afirma que a média de empregos nas empresas formais é de 126, enquanto nas informais esse número é em torno de quatro.

Ele diz ainda que o salário das empresas informais é o equivalente a mais ou menos 20% do salário das formais pequenas.

Outro ponto de discrepância é em relação ao nível de instrução.

Nas empresas formais, 76% dos gerentes têm ensino superior completo. Nas informais, esse percentual é de 7%.

"No Brasil, os números são um pouco diferentes, mas a fotografia não muda muito. Nas empresas formais daqui, o percentual de gerentes que possuem grau universitário é de cerca de 65%, ante 13% nas informais", diz.

Os dados indicam uma correlação importante entre informalidade e educação e apontam para a necessidade de uma estratégia conjunta, alertam os professores.

Essa deveria englobar ensino técnico e profissionalizante que aumente a produtividade, o nível de empregabilidade e a renda média do trabalhador ao longo de sua trajetória profissional.

"Para supormos algum projeto com potencial de criar

condições para o crescimento da economia de forma mais acelerada, que dê conta de mexer o ponteiro da produtividade de forma significativa, de transformar vantagens comparativas em competitivas, temos de olhar o gargalo do capital humano", afirma Ricardo Henriques, professor da FDC, especialista em temas como economia social, educação, avaliação de políticas públicas.

Ele argumenta que, por causa da transição demográfica mais acelerada no Brasil do que estudos previam há 15 anos e do envelhecimento da população em curso, um aspecto-chave para termos crescimento é aumentando a produtividade.

"Se não fizermos uma mudança na educação para uma transição efetiva, na qual se possa alavancar crescimento econômico tendo a produtividade como variável-chave, a forma de atingir isso será importando capital humano", alerta Henriques.

Educação

Nesse sentido, argumenta, é fundamental focar na população jovem e se ter em mente que esse salto não ocorrerá somente pelo ensino superior.

"Vamos precisar de uma estratégia de ensino técnico e profissionalizante intensivo e de qualidade", afirma.

Ele lembra que, dentre jovens brasileiros de 15 a 29 anos, 11% estão matriculados em cursos técnicos profissionalizantes, ante média de 37% nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na faixa entre 20 a 24 anos, o Brasil mantém porcentagem de 11%, quando a taxa dos países da OCDE sobe para 65%.

"Há muita evidência de que se consegue aumentar a produtividade melhorando a situação de vulneráveis, quando há uma estratégia de ensino técnico profissionalizante", diz.

Mas a via para se alcançar isso, alerta Henriques, não será apenas pelos institutos federais de educação.

"Eles têm excelência no ensino, mas não alavancam em larga escala. Além disso, aqui no Brasil geram efeitos perversos. Esses jovens acabam tendo boa formação, são competitivos, mas não seguem a carreira [do curso que frequentaram na escola técnica]", observa, ao lembrar que nos últimos 30 anos cresceu o número de jovens do ensino privado indo estudar em institutos federais para, depois, conseguir entrar em universidades públicas.

Apesar da heterogeneidade no que diz respeito à política educacional dos Estados, Henriques defende uma estratégia integrada de política para a juventude, que seja multissetorial e multinível.

"Se não fizermos uma mudança em educação, o jogo estará dado e perderemos. Será quase um vaticínio, com o Brasil correndo o risco de ficar na segunda categoria da liga das nações", diz. "A questão é: como fazer uma política que, com uma base nacional comum curricular, articule o setor produtivo com ocupações?" Ele ressalta a importância de uma política de mentoria vocacional no ensino técnico associada aos setores produtivos locais, como, por exemplo, o de energia eólica na Região Nordeste.

"Não há estratégia consistente para o ensino técnico nessa direção.

Nem uma agenda que sinalize mobilidade profissional para o jovem que fizer esse percurso, indicando que ele terá empregabilidade garantida nos dez anos seguintes à sua formação", diz.

"Completar o ensino técnico aumenta as chances de boa inserção profissional e leva a maior probabilidade de se gerar renda individual e para a economia.

No médio prazo, para [esse profissional fazer] uma transição a mais, terá de entrar o ensino superior nesse processo. Portanto, é preciso haver políticas coordenadas nessa história." Além da inserção profissional dos mais jovens, diante da mudança demográfica em curso no Brasil, talvez tenhamos de expandir essa estratégia.

Pensar em políticas para a reinserção da população idosa também será necessário, afirma Paulo Paiva, professor da FDC e presidente de honra do Conselho de Relações de Trabalho da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

"Hoje, a idade mediana da população é de 35 anos. Ou seja, 50% da população tem mais de 35 anos, e os outros 50%, menos.

O primeiro ponto é que essa transformação [demográfica] sugere que teremos uma escassez de oferta de mão de obra ao longo do tempo e excesso de pessoas acima de 60 anos de idade", diz.

"O segundo é que o crescimento sustentado do Brasil dependerá do aumento da produtividade ou eventualmente de migração em massa de trabalhadores, ou dos dois." Paiva ressalta a diferença entre o acelerado crescimento de produtividade de setores ligados ao comércio internacional, nos últimos 20 anos, em comparação àqueles ligados ao mercado

interno, cuja produtividade ficou praticamente estagnada.

Hoje o setor que apresenta maior produtividade é a agropecuária, em contraste com a produtividade paralisada de serviços.

Dados do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), mostram que a produtividade do setor agropecuário cresceu 21,1% em 2023 ante 2022, em termos de horas efetivamente trabalhadas, enquanto a da indústria avançou 1,6%, a de construção, 1,7%, e a de serviços, 0,1%. Os setores de finanças, seguros, comércio de imóveis, varejo, serviços profissionais, atacado, lazer e transporte são hoje aqueles com maior ocupação de pessoas idosas e com maior propensão a absorver esse tipo de mão de obra, diz Paiva.

"Não acredito que qualquer política para reduzir o setor informal tenha algum impacto. E não creio em políticas que podem ajudar a modernizar as atividades", argumenta Paiva. "Mas é possível olhar para o lado da oferta de mão de obra. E falo de pessoas acima de 50 anos." Nesse sentido, será preciso pensar em treinamentos e programas de reciclagem para esse público.

Uma possibilidade seria associar benefícios como o seguro-desemprego a programas de requalificação, como houve na segunda metade dos anos 1950, diz.

"Isso demandaria articular parcerias com o setor privado, com o Sistema S, com Estados e municípios", afirma.

Obstáculos

Os professores da FDC lembram ainda que empresas informais raramente se formalizam, seja por custos alto, seja por baixo acesso a financiamento, seja até mesmo por instabilidade política.

Braga cita um estudo feito pelo Banco Mundial em Belo Horizonte para entender o que modificaria a vontade de as empresas informais para se regularizarem.

Nele, um grupo de empresas recebeu informações sobre como se formalizar, enquanto a outro foi oferecida gratuidade em registros burocráticos e de um contador por um ano. Um terceiro grupo recebeu visitas de autoridades para sindicância sobre a situação de informalidade da empresa, enquanto um último via apenas empresas vizinhas recebendo esse tipo de visita.

"O único caso que fez diferença foi quando houve visita direta da burocracia exigindo regulamentação da empresa", diz Braga, ao ressaltar a importância de um cenário de maior regulamentação.

"À medida que os países se desenvolvem, a informalidade cai.

Melhorar o ambiente de negócios favorece todo mundo, mas essa não é a maior razão por trás da informalidade.

O principal fator é a pobreza, e levaremos muito tempo para conseguir resolver isso."

*

Professores lembram que empresas informais raramente se formalizam

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187862>

Mercado vê ritmo menor de cortes da Selic

Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

A mudança na comunicação do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, diante da piora no cenário externo e da percepção de aumento nos riscos fiscais domésticos em abril, foi a senha que o mercado encontrou para apostar na redução do ritmo dos cortes de juros já na reunião de quarta-feira do Comitê de Política Monetária (Copom). O cenário de uma flexibilização mais lenta, inclusive, já é adotado por dois terços dos participantes do mercado, segundo pesquisa feita pelo Valor.

Dentre as 118 instituições financeiras consultadas pela reportagem, 78 esperam um corte de 0,25 ponto percentual na Selic, ao passo que outras 40 ainda veem espaço para uma redução de 0,5 ponto.

O número mais recente mostra uma tendência de aumento, nos últimos dias, das projeções que contemplam um corte de juros menor.

Na pesquisa anterior do Valor, realizada entre 18 e 19 de abril - data posterior à mudança do tom de Campos Neto -, 54% dos participantes do mercado viam um corte de 0,5 ponto, enquanto 46% projetavam redução de 0,25 ponto.

O mês de abril foi marcado por uma piora expressiva no ambiente externo. Dados de **inflação** acima das estimativas de consenso nos EUA e números de atividade resilientes empurraram para frente as apostas nos cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed). Além disso, o aumento das tensões geopolíticas deu força ao dólar e aos preços do petróleo, o que ampliou o pessimismo dos agentes em relação ao processo de desinflação à frente.

De maneira adicional, o anúncio de revisão das metas fiscais pelo governo ampliou a percepção de risco em torno da trajetória da dívida, contribuindo para que o dólar encostasse em R\$ 5,30.

Em meio à deterioração do cenário esperado pelo Copom, Campos Neto veio a público em meados de abril e desenhou uma árvore de possibilidades para o desfecho da próxima reunião. Na prática, a comunicação serviu para abandonar a indicação emitida na decisão de março, de que mais um corte de 0,5 ponto era tido como adequado. Esse cenário, inclusive, só voltaria à mesa caso houvesse uma redução das incertezas.

Nos últimos dias, no entanto, algum alívio no exterior trouxe de volta ao radar essa possibilidade de corte de 0,5 ponto e acirrou ainda mais a divisão do mercado em relação à decisão de quarta-feira.

"De acordo com o nosso modelo que replica o do BC, alguma piora no câmbio e das expectativas de **inflação** tendem a ser compensadas por uma Selic mais alta no Focus.

Isso deve manter a projeção de **inflação** do Copom de 2025 mais ou menos em 3,2%, o que não representaria uma piora acentuada no cenário esperado pelo comitê", afirma o economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato.

Além disso, nas últimas semanas, a **inflação** corrente no Brasil revelou surpresas positivas, com os núcleos comportados. Assim, apesar de os fatores indicarem que ainda haveria espaço para um corte de 0,5 ponto, o Copom deve entregar uma redução mais modesta nos juros, na visão do economista.

"A comunicação do BC levou o mercado a acreditar que a preferência dele é por um corte de 0,25 ponto. Eu até compreendo o 0,25 ponto como uma opção tática para "comprar tempo", já que o cenário global se alterou e os cortes de juros do Fed foram postergados. Mas o BC deveria continuar indicando que ainda existe espaço para o afrouxamento monetário. Não faria sentido ele cortar 0,25 ponto e emitir uma sinalização que o ciclo está chegando ao fim. Ainda tem espaço para um afrouxamento monetário grande", diz Honorato.

Já o economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani, argumenta que a "última milha" do processo de desinflação global deve provocar custos à atividade. Assim, uma desaceleração na economia americana, que deve chegar pela restrição monetária, deve se juntar a um crescimento fraco na Ásia e na Europa, gerando um ambiente de preços menores de commodities.

"Além disso, acreditamos que a taxa real de juros no Brasil está excessivamente elevada, e não vemos motivo para desacelerar o ritmo dos cortes neste momento. Como o ambiente global é desinflacionário, os riscos são menores", aponta Padovani, que ainda sustenta um corte de 0,5 ponto no cenário base.

Para o economista-chefe da Quantitas, Ivo Chermont, no entanto, a decisão foi fortemente direcionada pelo

BC para um corte de 0,25 ponto. "Campos Neto não pareceu nada tranquilo com a questão fiscal, e nada mudou nos últimos dias; o regime de volatilidade do câmbio mudou e, por isso, não dá para confiar tanto que o número da tela é um novo nível e isso é reflexo da volatilidade do cenário global; e as expectativas de **inflação** subiram e devem incomodar ainda mais o BC. Por que Campos Neto tomaria o custo de ser duro e agora dar um corte de 0,5 ponto?", questiona Chermont.

"A comunicação do BC levou o mercado a acreditar que a preferência é pelo corte de 0,25 ponto"
Fernando Honorato

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187862>

Incerteza em alta faz mercado ver potencial de dissenso no Copom

Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo

A alteração abrupta na comunicação do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, sobre a condução dos juros à frente gerou a sensação, entre participantes do mercado, de que o ciclo de cortes na Selic será mais curto.

Porém, em um contexto que já contempla algum ruído em torno da composição futura da autoridade monetária, a percepção de que a decisão desta semana pode enfrentar algum dissenso aumentou.

Os investidores estão atentos, em particular, ao posicionamento do diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, após declarações lidas como mais "dovish" (suaves, ou pró-afrouxamento). O economista é cotado para assumir o lugar de Campos Neto, cujo mandato termina no fim deste ano.

"Vai ter um pouco de emoção.

Estava tudo muito claro para ser um corte de 0,5 ponto e, nos encontros do FMI [Fundo Monetário Internacional, Campos Neto ressaltou o aumento da incerteza, que indicaria um ritmo mais lento de corte nos juros. Foi uma reprecificação automática", nota o economista-chefe da JGP, Fernando Rocha, cuja projeção para a Selic neste ano subiu de 9,5% para 10%.

Rocha está longe de ser o único que passou a projetar uma Selic mais alta. Entre 118 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor, a mediana das estimativas aponta uma taxa de 9,75% no fim deste ano, aumento relevante - de 0,75 ponto - em relação à visão predominante em março.

Também foi notável a quantidade de casas que optaram por não participar da pesquisa desta vez em virtude de revisões de cenário em andamento e do aumento da incerteza sobre o que acontecerá na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na quarta-feira.

Entre essas instituições, estão casas como Santander, Itaú Unibanco e Bahia Asset.

"Para dar uma guinada tão forte quanto a que o BC fez entre as reuniões do Copom é porque a preocupação

com o cenário externo e com a situação fiscal era muito grande. E o fato de os mercados terem se acalmado um pouco desde que o Campos Neto provocou essa mudança não significa que o risco foi embora", afirma Rocha, para quem o aumento da incerteza na conjuntura será a justificativa do BC para reduzir o ritmo.

Segundo o economista da JGP, entregar um corte de 0,5 ponto neste momento "passaria a mensagem de que o BC se assustou com a piora do mercado à toa e não acho que seja essa a essência da coisa, é algo mais profundo". Rocha, porém, avalia que há possibilidade de dissenso no Copom desta semana e diz que a incerteza em relação ao placar da decisão é elevada.

"Galípolo teve uma fala pública em que disse para não se emocionar muito com o mercado, o que poderia sugerir um dissenso. Minha impressão é que vão fazer de tudo para que haja uma votação unida, unânime no Copom. Claro, pode haver discordância, mas uma forma de conseguir um consenso pode ser reduzir o passo e dar alguma ideia de continuidade", diz.

O economista-chefe da Quantitas, Ivo Chermont, afirma que, em seu cenário central, trabalha com a unanimidade entre os membros do Copom na quarta-feira. "Mas sempre que pensamos na reunião levantamos a chance de alguma divisão", diz ele, para quem a Selic deve encerrar o ano em 10,25%.

Galípolo deve evitar se colocar como alguém "superdovish" neste momento, na visão de Chermont.

"Hoje, um corte de 0,5 ponto o faria ser visto assim. Acho que a decisão será unânime, com o BC tentando tratar o "guidance" de forma diferente, tentando transparecer que a incerteza aumentou ainda mais e que as próximas decisões dependerão de outros fatores." Para o economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato, o voto por um corte de 0,25 ponto percentual ou de 0,5 ponto "revela pouco sobre o tipo do diretor".

"Existe um espaço muito legítimo para o debate sobre o ritmo dos cortes de juros neste Copom especificamente.

Não acho que se alguém votar por 0,5 ponto deva ser

considerado "dove". Se a projeção de **inflação** do BC piorasse muito da última reunião para cá, aí um voto pelo 0,5 ponto seria um sinal mais forte, mas acho difícil ver grandes mudanças nesse sentido."

"Vão fazer de tudo para que haja uma votação unida, unânime no Copom" Fernando Rocha

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187862>

Semana decisiva para legalizar jogos de azar

FICHAS DE CASSINO em mesa de jogo: discussão sobre os prós e contras da liberação dos jogos de azar

Comissão do Senado realiza amanhã audiência pública sobre projeto que regulamenta cassino, bingo, bicho e apostas BRASÍLIA O Senado realiza amanhã audiência pública sobre a regulamentação dos jogos de azar no País, como cassino, bingo, jogo do bicho e apostas em corridas de cavalos. A proposta tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

O projeto já recebeu parecer favorável do relator, o senador Irajá (PSD-TO), em novembro de 2023.

Na Casa Legislativa desde agosto de 2022, o texto seria votado pela comissão no dia 17 de abril, mas a decisão foi adiada. O projeto revoga o Decreto-Lei nº 9.125, assinado em 1946 pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, que proibiu os jogos de azar.

A proposta altera dispositivos de outras três leis que dizem respeito às corridas de cavalos, às sanções aos envolvidos com os jogos e aos pagamentos de apostas. Um dos objetivos do texto é que o poder público intervenha na atividade econômica a fim de prevenir e combater a prática de crimes como sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

Segundo os requerimentos de realização de audiência pública dos senadores Eduardo Girão (Novo-CE) e Carlos Viana (Podemos-MG), o debate sobre o projeto é necessário porque "não há consenso sobre essa matéria" que é pauta no Congresso há muitos anos e, por mais que o relator seja favorável ao texto, ainda há muitas pessoas contrárias à legalização sob argumento de que seria uma porta aberta para os "crimes de colarinho branco" e a evasão da receita do lucro dos jogos.

De acordo com o documento assinado por Girão, a liberação pode ainda fomentar crimes contra o patrimônio, como roubos e fraudes, e também contra a integridade sexual, como estupros. Além disso, ele cita os impactos no turismo brasileiro e na saúde de pessoas viciadas em jogos, que seriam mais facilmente "seduzidas" pelos cassinos e outras casas de apostas.

De acordo com o parecer de Irajá, a proposta atende aos critérios de aprovação, já que, segundo ele, apresenta constitucionalidade, juridicidade e

regimentalidade.

O senador ressalta que "as motivações normalmente utilizadas para se contrapor à liberação dos jogos de azar no Brasil", que envolvem "suposta ofensa à moral e aos bons costumes" e questões religiosas, "não possuem força para se contrapor à regulamentação do tema, uma vez que, como regra, ninguém pode ser privado no País de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política".

Até 90 casas de apostas COM BASE NO projeto que tramita no senado, o Espírito Santo poderá ter 90 casas de apostas, cinco empresas de jogo do bicho e até 84 bingos.

JÁ AS CORRIDAS de cavalos poderão ser exploradas por entidades turísticas credenciadas no Ministério da Agricultura, que também poderão ser credenciadas a explorar, ao mesmo tempo, jogos de bingo e videobingo.

J o g o m o v i m e n t a b i l h õ e s DEACORDO como IBGE do Instituto Jogo Legal, o mercado ilegal de jogos movimentou, em 2014, entre R\$ 8,6 bilhões e R\$ 18,9 bilhões.

"ATUALIZANDO esse valor à taxa de **inflação** calculada pelo IPCA no período, o mercado de jogos de azar movimentaria de R\$ 14,34 bilhões a R\$ 31,5 bilhões em 2023", defende o senador Irajá relator do projeto.

Regulamentação PARA realizar este movimento de tirar das "margens da supervisão estatal" os jogos de azar, o projeto de lei estabelece que o Ministério da Fazenda regulamente a exploração dos jogos e formule uma política de supervisão e fiscalização da atividade.

TAMBÉM é proposta a criação do Sistema Nacional de Jogos e Apostas (Sinaj) que, além do próprio Ministério, contaria também com empresas de auditoria contábil, entidades de autorregulação do mercado de jogos, empresas locadoras de máquinas, entidades turísticas e uma agência reguladora criada pelo Poder Executivo